PROJETO RS 2010

Pobreza Rural

1998

POBREZA RURAL

IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES TÉCNICO-PRODUTIVAS SOBRE A DINÂMICA DEMOGRÁFICA E A QUALIDADE DE VIDA NO MEIO RURAL DO RIO GRANDE DO SUL

Equipe de trabalho:
Glenda Ávila (Socióloga)
Júlia Ortiz Ambros (Estagiária)

Consultor:
Sérgio Schneider (UFRGS)
Anita Brumer (UFRGS)

APRESENTAÇÃO

Por meio do projeto *RS 2010*, a Secretaria da Coordenação e Planejamento procurou retomar as atividades de prospecção econômica e social, as quais se encontravam inteiramente abandonadas no âmbito do Governo do Estado.

O esforço para dilatar o horizonte de informações dentro do qual os atores públicos e privados tomam decisões das quais depende o desenvolvimento e a prosperidade futuras não se fez, porém, nos moldes tecnocráticos que foram padrão no país em décadas passadas. Bem diferentemente, procurou-se estimular a elaboração de estudos independentes, realizados por diferentes autores, cujos resultados foram levados à discussão em diferentes fóruns e em contextos diversos, desde os meios acadêmicos até as associações empresariais e sindicais, seja na capital seja no interior do Estado.

Foi um longo processo de discussão e de produção de conhecimento, consubstanciado em várias publicações.

A presente coleção de documentos compreende, além do volume com as anotações para posterior definição de uma proposta de estratégica de desenvolvimento para o Estado, os diagnósticos e a avaliação das questões emergentes em 12 áreas de interesse para o Rio Grande do Sul, apresentados na forma de "textos para discussão", a saber: Agregados Macroeconômicos e Balança Comercial, Agribusiness, Indústria, Comércio e Turismo, Desequilíbrios Regionais, Emprego, Pobreza Rural, Pobreza Urbana, Educação, Setor Financeiro, Infra-Estrutura e Capacitação Competitiva.

Como era de se esperar, os resultados são variados, mas não haverá exagero em dizer que este conjunto de estudos representa a avaliação qualitativa mais completa hoje disponível sobre os desafios que, em diferentes áreas, estão lançados aos rio-grandenses.

Os relatórios em pauta foram elaborados com total liberdade. A coordenação do projeto simplesmente solicitou que as análises da situação existente fossem trazidas até o momento presente, a fim de que se tornassem mais claras as questões críticas que em cada caso, precisam ser enfrentadas.

Contamos que os resultados alcançados possam servir a todos, independentemente do campo de atuação profissional ou de coloração partidária. Estamos convictos de que é indispensável recuperar a função de planejamento no Rio Grande do Sul, mormente em função das profundas e positivas transformações na matriz econômica estadualb ocorridas nos últimos quatro anos.

JOÃO CARLOS BRUM TORRES

Secretário de Coordenação e Planejamento

SUMÁRIO

1. A CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA RURAL 7

1.1 A POBREZA NO BRASIL 7

1.2 DIMENSÕES DA POBREZA RURAL NO RIO GRANDE DO SUL 12

1.3 A DISTRIBUIÇÃO E AS CAUSAS DA POBREZA RURAL NO RIO GRANDE DO SUL 18

2. DINÂMICA DEMOGRÁFICA, EMPREGO E QUALIDADE DE VIDA 27

2.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO RURAL GAÚCHA 27

2.2 TRABALHO INFANTIL 29

2.3 APOSENTADORIAS RURAIS 32

2.4 NOVAS FORMAS DE OCUPAÇÃO E EMPREGO NO MEIO RURAL 35

2.5 MIGRAÇÕES: UMA ESTRATÉGIA PARA ESCAPAR DA POBREZA RURAL? 38

2.6 ASSENTAMENTOS: A REFORMA AGRÁRIA COMO CAMINHO DE RETORNO AO CAMPO 41

3. PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DA AGRICULTURA BRASILEIRA: 1970-1995 43

3.1 AS CONSEQÜÊNCIAS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA 47

3.2 A SITUAÇÃO DIFERENCIAL DO RIO GRANDE DO SUL 50

4. ENCAMINHAMENTOS 57

4.1 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL PARA O COMBATE E ALÍVIO DA POBREZA RURAL NO ESTADO. 58

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 59

1. A CARACTERIZAÇÃO DA POBREZA RURAL

1.1 A POBREZA NO BRASIL

Apesar de não representar propriamente uma novidade, a problemática da pobreza rural ganhou contornos mais definidos apenas recentemente no Brasil. Curiosamente, apesar de ter presença marcante na história brasileira, somente a partir da década de 1980 o problema ganha relevo a passa a ser estudado e utilizado como um indicador da desigualdade social. Entre as variadas formas de abordagem podemos destacar aquela que relaciona a questão da pobreza à *segurança alimentar*. Segundo Hoffamnn (1995:159) podemos falar em segurança alimentar de uma população "... quando todas as pessoas têm, permanentemente, acesso a alimentos suficientes para uma vida ativa e saudável. Nas economias mercantis, em geral, e particularmente na economia brasileira, o acesso diário aos alimentos depende, essencialmente, de a pessoa ter *poder aquisitivo*, isto é, dispor de renda para comprar os alimentos."

Com o objetivo de estabelecer um entendimento mínimo para a utilização de termos comuns, Monteiro (1995:195) sugere uma diferenciação entre pobreza, fome e desnutrição. Segundo o autor, "... são pobres as pessoas que não suprem permanentemente necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, cuidados de saúde, etc. Têm fome aqueles cuja alimentação diária não aporta a energia requerida para a manutenção do organismo e para o exercício das atividades ordinárias do ser humano. Sofrem desnutrição os indivíduos cujos organismos manifestam sinais clínicos provenientes da inadequação quantitativa (energia) ou qualitativa (nutrientes) da dieta ou decorrentes de doenças que determinem o mau aproveitamento biológico dos alimentos ingeridos".

Este tipo de definição conceitual, relacionando pobreza ao acesso a rendas, permite uma abordagem econômico-quantitativa que, apesar de ter o mérito de apresentar a magnitude do problema, convida-nos a interpretar as causas mediante outros instrumentos analíticos.

Assim, segundo Hoffmann (op.cit.), utilizando-se os dados das PNADs de 1981 até 1990 e tomando-se a renda *per capita* familiar (soma de todos rendimentos obtidos pelos membros da família divida por seu número) pode-se considerar duas *linhas de pobreza*, uma com valor real fixado em 0,25 e outra 0,50 salário mínimo (tomando-se outubro de 1981 como referência), conforme indicado na Tabela 1 abaixo:

TABELA 1
TOTAL DE PESSOAS E FAMÍLIAS POBRES, CONFORME O VALOR DO SEU RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA (R) . BRASIL, 1981-90

Ano	Total de pessoas (milhões) (1)	Pessoas com r £ 0,5 SM (2) milhões	H(3)	Pessoas com r £ 0,25 SM (2) milhões	H(3)
81	118,2	54,5	46,1	26,6	22,5
83	123,6	65,0	52,6	34,3	27,8
84	126,5	64,8	51,2	32,4	25,6
85	130,7	59,6	45,6	28,9	22,1
86	133,3	41,3	30,9	16,0	12,0
87	135,8	56,5	41,6	27,6	20,3
88	138,3	60,9	44,0	31,0	22,4
89	141,4	56,8	40,1	27,8	19,6
90	144,4	63,2	43,8	32,9	22,8

FONTE: HOFFMAN, R. (1995) Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo: 9(24) p. 160
1) Exclusive a área rural da região Norte e pessoas de famílias sem declaração de rendimento.
2) A unidade SM é o valor real do salário mínimo vigente em outubro de 1981, usando como deflator o INPC restrito.
3) Porcentagem da população com r £ 0,5 SM ou r £ 0,25 SM.

Os dados mostram que, em 1990, dos 144,4 milhões de pessoas que compõem a população brasileira, 63,2 milhões (43,8%) tinham rendimento *per capita* que não ultrapassava 0,5 salários mínimo de outubro de 1981 (ou 0,5 SM) e 32,9 milhões de pessoas (22,8% do total) tinham rendimento per capita que não ultrapassava 0,25 daquele salário mínimo. Observa-se que, proporcionalmente, na linha de pobreza de 0,5 SM há uma pequena diminuição, entre 1981 e 1990, ao passo que na faixa de 0,25 SM (os ainda mais pobres) registra-se um ligeiro aumento; ainda que esta diminuição proporcional não implique na redução do número de pessoas pobres (que na linha de 0,25 SM subiu de 26,6 milhões para 32,9 milhões em 1990 e de 54,5 para 63,2 milhões na faixa de 0,50 SM).

As Tabelas 2 e 3, referentes a área urbana e rural permitem visualizar que, embora a população rural seja de menor número, a proporção de pobres na área rural é maior do que na urbana, adotando-se a linha de pobreza de 0,5 SM. No entanto, na linha de 0,25 SM a pobreza diminuiu um pouco na área rural e cresce nas áreas urbanas, provavelmente em função do processo de urbanização.

TABELA 2

TOTAL DE PESSOAS E PESSOAS DE FAMÍLIAS POBRES, CONFORME O VALOR DE SEU RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA (R), COM DOMICÍLIO NA ÁREA URBANA. BRASIL, 1981-1990.

Ano	Total de pessoas	Pessoas com r £ 0,5 SM (2)		Pessoas com r £ 0,25 SM (2)	
	(milhões) (1)	milhões	H(3)	milhões	H(3)
81	83,8	28,6	34,2	11,2	13,3
83	89,0	37,3	41,9	16,3	18,3
84	91,4	37,6	41,1	15,7	17,2
85	94,6	33,1	35,0	12,7	13,4
86	96,7	20,4	21,1	6,3	6,6
87	99,2	30,4	30,5	11,9	11,9
88	101,5	33,8	33,3	14,3	14,1
89	104,8	31,9	30,5	13,0	12,4
90	106,7	35,7	33,4	15,2	14,3

FONTE: HOFFMAN, R. (1995) Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados,** São Paulo: 9(24):161 e 162

1) Exclusive pessoas de famílias sem declaração de rendimento.

2) A unidade (SM) é o valor real do salário mínimo vigente em outubro de 1981, usando como deflator o INPC restrito.

3) Porcentagem da população com r £ 0,5 SM ou r £0,25 SM.

TABELA 3

TOTAL DE PESSOAS E PESSOAS DE FAMÍLIAS POBRES, CONFORME O VALOR DE SEU RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA (R), COM DOMICÍLIO NA ÁREA RURAL. BRASIL, 1981-1990.

Ano	Total de pessoas	Pessoas com r £ 0,5 SM (2)		Pessoas com r £ 0,25 SM (2)	
	(milhões) (1)	milhões	H(3)	milhões	H(3)
81	34,4	25,8	75,0	15,4	44,7
83	34,7	27,7	80,0	18,1	52,2
84	35,1	27,2	77,6	16,7	47,6
85	36,1	26,6	73,6	16,2	44,8
86	36,6	20,8	57,0	9,7	26,5
87	36,6	26,2	71,5	15,7	42,9
88	36,9	27,0	73,3	16,7	45,4
89	36,6	24,8	67,9	14,8	40,5
90	37,7	27,5	73,1	17,6	46,8

FONTE: HOFFMAN, R. (1995) Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados,** São Paulo: 9(24).

1) Exclusive região Norte e pessoas sem declaração de rendimento.

2) A unidade (SM) é o valor real do salário mínimo vigente em outubro de 1981, usando como deflator o INPC restrito.

3) Porcentagem da população com r £ 0,5 SM ou r £0,25 SM.

A tabela 4 mostra a distribuição da pobreza por grandes regiões geográficas, com base nos dados da PNAD de 1990. Observa-se que a proporção de pobres é mais elevada no Nordeste, onde concentram-se 57,7% dos pobres para uma linha de pobreza de 0,25 SM. Nesta mesma faixa, na região Sul encontram-se 3,7 milhões de pobres (ou 11,1% sobre o total), número que deve ser encarado com preocupação uma vez que se trata de uma das regiões onde a agricultura brasileira é mais desenvolvida.

TABELA 4
TOTAL DE PESSOAS E PESSOAS DE FAMÍLIAS POBRES, CONFORME O VALOR DE SEU RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA (R), NAS CINCO REGIÕES DO BRASIL, DE ACORDO COM A PNAD DE 1990.

Região	Total de pessoas (milhões) (1)		Pessoas com r £ 0,5 SM (2)			Pessoas com r £ 0,25 SM (2)		
	milhões	%	milhões	%	H(3)	milhões	%	H(3)
Norte	4,9	3,4	1,9	3,0	38,3	0,8	2,4	16,2
Nordeste	42,3	29,3	29,9	47,3	70,7	19,0	57,7	44,9
Sudeste	64,5	44,6	19,1	30,2	29,6	7,8	23,6	12,0
Sul	22,6	15,6	8,5	13,4	37,6	3,7	11,1	16,2
C. Oeste	10,2	7,0	3,9	6,1	38,2	1,7	5,2	16,7
Total	144,4	100,0	63,2	100,0	43,8	32,9	100,0	22,8

FONTE: HOFFMAN, R. (1995) Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados,** São Paulo: 9(24), p. 163.
1) Exclusive pessoas de famílias sem declaração de rendimento.
2) A unidade (SM) é o valor real do salário mínimo vigente em outubro de 1981, usando como deflator o INPC restrito.
3) Porcentagem da população com r £ 0,5 SM ou r £0,25 SM.
4) Exclusive a área rural da região Norte.

Na década de 1990 registram-se dados mais animadores no que se refere à pobreza. Utilizando-se dos dados mais recentes das PNADs de 1990, 1992, 1993 e 1995, Rocha (1997:22) demonstra que entre 1990/93 houve uma estabilização da pobreza e entre 1993 e 1995 uma redução da ordem de 10,20% passando-se de 43,277 milhões para 30,438 milhões de pobres. No quinquênio 1990/95 a proporção da pobreza diminuiu no Brasil de 30,25% para 20,57%, conforme mostra a Tabela 5 abaixo. Deve-se destacar que, ao contrário de Hoffmann, Rocha utiliza como referencial de linha de pobreza o valor das cestas de consumo localmente específicas verificadas dentre famílias de baixa renda "*valoradas nas datas de referência das PNAD segundo a variação dos preços ao consumidor nas regiões metropolitanas* (utiliza-se o INPC)" (1997:22).

TABELA 5
PROPORÇÃO DE POBRES EM PERCENTAGEM, SEGUNDO ESTRATOS E SUBÁREAS SELECIONADAS - 1990-95

Estratos e	1990		1992		1993		1995	
Subáreas	Nº (mil)	Prop.	Nº (mil)	Prop.	Nº (mil)	Prop.	Nº (mil)	Prop.
Rural	12.227	39,26	10.471	36,66	10.286	35,58	7.289	27,74
Nordeste	7.988	49,20	7.049	48,02	7.469	49,44	5.049	32,19
Sul	1.599	28,63	1.117	21,11	364	15,46	756	15,35
Centro-Oeste	637	31,92	483	28,09	791	21,06	313	17,64
Metropolitano	12.261	28,86	13.524	31,15	14.156	32,32	9.084	20,13
São Paulo	3.277	22,19	4.588	30,21	4.547	29,47	2.640	16,79
Urbano	17.483	26,85	19.033	27,77	18.835	27,00	14.065	19,16
São Paulo	1.543	11,46	2.287	15,95	2.369	16,36	1.539	10,24
Brasil	41.970	30,25	43.027	30,62	43.277	30,37	30.438	20,57

FONTE: ROCHA, S. (1997) Crise, estabilixação e pobreza:1990-1995. **Conjuntura Econômica**: São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Janeiro, p. 23.

Esta Tabela também mostra que a proporção da pobreza aumentou nas regiões metropolitanas de 1990 para 1993 de 28,86% para 32,32% e diminuiu de 1993 para 1995 de 32,32% para 20,13%. Nas áreas rurais a pobreza diminuiu de modo considerável no período referido, passando de 39,26% em 1990 para 35,58% em 1993 e para 24,74% em 1995. Nas áreas urbanas a pobreza também diminui, reduzindo-se de modo equilibrado de 26,85% em 1990 para 27% em 1993 e para 19,16% em 1995. Cabe destacar que na região Sul a proporção da pobreza rural diminuiu significativamente no quinquênio, de 28,63% em 1990 para 15,35% em 1995.

Como se observa, nas áreas rurais a redução da pobreza brasileira foi mais significativa ao passo que nas regiões metropolitanas o quadro continuou a se agravar até 1993 ampliando a quantidade de pobres, embora tenha diminuido entre 1993 e 1995. Em relação às áreas rurais, pode-se atribuir estes indicadores aos efeitos positivos das aposentadorias rurais a partir de 1990 e ao surgimento de novas ocupações no meio rural (Delgado, 1997 e Graziano, s/d). Já o crescimento da pobreza metropolitana pode ser associada ao agravamento da crise recessiva (principalmente do final de 1992 e início de 1993) decorrente da reestruturação produtiva e seus reflexos sobre o mercado de trabalho (em especial o desemprego).

Para obter informações mais refinadas sobre a intensidade e desigualdade de pobreza brasileira, Rocha criou o indicador de ***hiato de renda,*** que exprime a diferença entre a renda média dos pobres e a linha de pobreza em relação ao próprio valor da pobreza, e o ***indicador sintético*** "que considera simultaneamente a proporção de pobres, o hiato de renda e uma terceira dimensão da pobreza, o grau de desigualdade entre os pobres, com o incremento de seu valor estando diretamente associado ao agravamento da pobreza". A Tabela 6 abaixo mostra que de 1993 para 1995 o hiato de renda diminuiu no Brasil de 44,26% para 43,38%, o que significa que a renda per capta familiar aumentou reduzindo-se o número de pobres.

TABELA 6
HIATO DE RENDA E ÍNDICE SINTÉTICO DE POBREZA, SEGUNDO ESTRATOS - 1990-95

Estratos	1990		1992		1993		1995	
	Hiato (%)	Índice Sintético	Hiato (%)	Índice Sintético	Hiato (%)	Índice Sintético	Hiato (%)	Índice Sintético
Rural	42,28	0,0733	43,46	0,0839	43,27	0,0864	42,69	0,0552
Metropolitano	41,88	0,0670	45,08	0,0799	43,90	0,0743	43,76	0,0545
Urbano	42,26	0,0968	47,30	0,1118	46,26	0,1041	73,48	0,0690
Brasil	42,11	0,0756	45,11	0,0876	44,26	0,0840	43,38	0,0576

FONTE: ROCHA, S. (1997) Crise, estabilixação e pobreza:1990-1995. **Conjuntura Econômica**: São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, Janeiro, p. 23.

Os dados específicos sobre a pobreza em áreas rurais do Brasil estão a indicar, como mostram os dados, que a proporção da população pobre diminuiu de forma consistente no período 1990/95 no Brasil. Na Tabela 6 acima, o indicador de hiato de renda mostra-se estável nas áreas rurais de 1990 a 1995, o que significa que a renda *per capita* das famílias rurais não

se alterou no período em relação a linha de pobreza. Na mesma tabela o indicador sintético para a população rural revela um aumento entre 1990 e 1993 apontando para ampliação da desigualdade entre os pobres agravando-se a pobreza. Contudo, este indicador reduz-se sensivelmente de 1993 para 1995 o que indica uma melhora na situação.

1.2 DIMENSÕES DA POBREZA RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

Não constitui tarefa fácil estimar a pobreza em seus diferentes níveis e formas de manifestação. Prova disso são os escassos estudos disponíveis e as incontornáveis controvérsias entre os especialistas sobre as metodologias de cálculo. Para um aproximação à magnitude, à intensidade e ao teor qualificativo da pobreza rural no Rio Grande do Sul recorremos a dois trabalhos recentes. O primeiro trabalho a fornecer estimativas sobre a pobreza no Rio Grande do Sul é o Mapa da Fome, elaborado pelo IPEA, cuja metodologia consiste em relacionar o grau de pobreza aos níveis de renda. A Tabela 7 abaixo fornece os dados relativos a esta correlação, merecendo destaque o grau de indigência da população rural de 32,28% que registra uma participação de 57,07% sobre o total da pobreza no Rio Grande do Sul.

TABELA 7
PESSOAS E FAMÍLIAS INDIGENTES, GRAU DE INDIGÊNCIA PARTICIPAÇÃO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO, NO RS - 1990.

Estado e situação de domicílio	Pessoas indigentes	Participação de indigência	Grau de indigência	Famílias Indigentes
Rio Grande do Sul	1.534.895	100,00	17,02	520.311
Metropolitana	225.946	14,72	7,48	87.280
Urbana	432.979	28,21	13,18	175.329
Rural	875.971	57,07	32,28	257.701

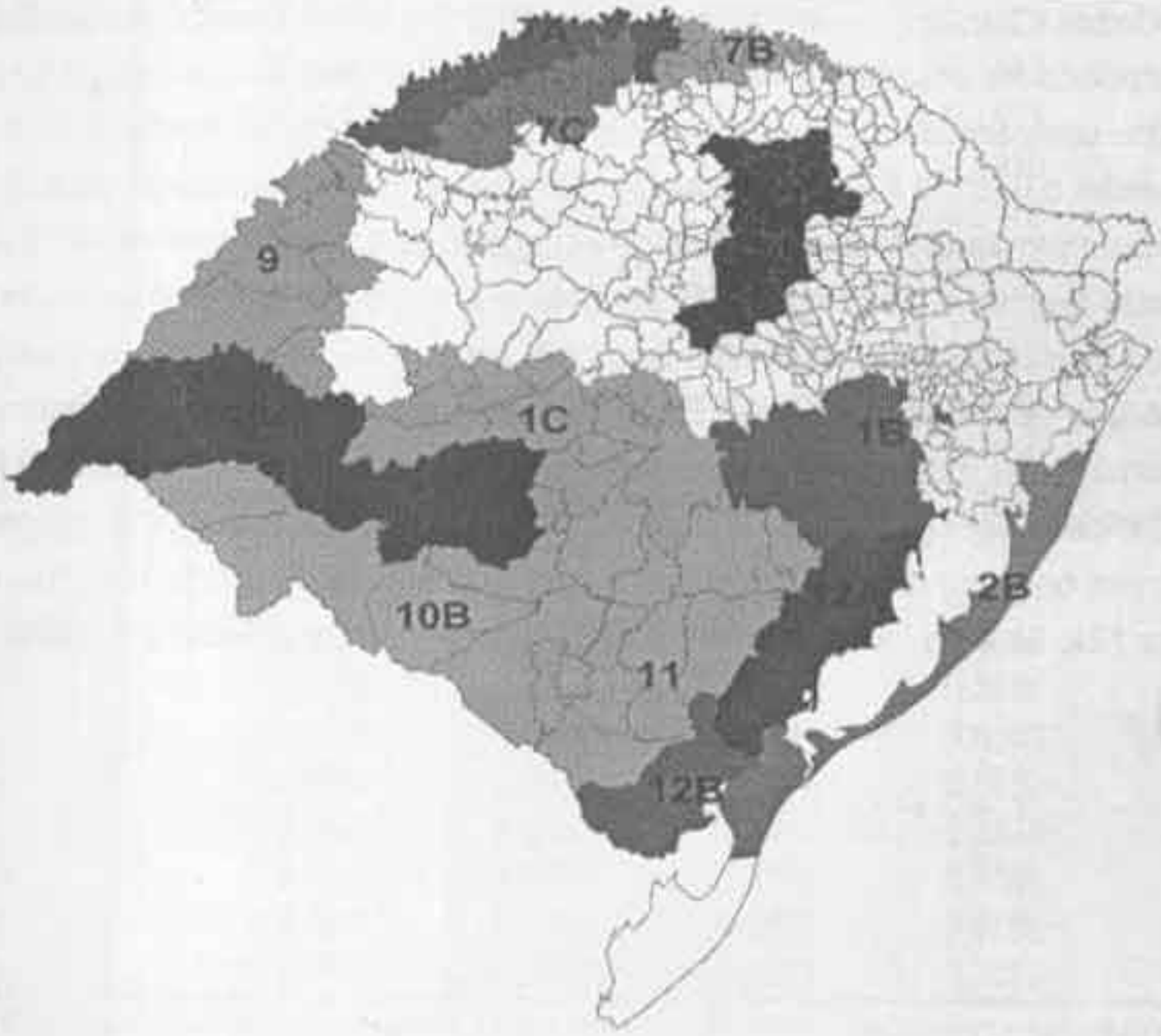
FONTE: ALÍVIO à pobreza - diagnóstico e conclusões. (1995). Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/FEE. (PRÓ-RURAL 2000).

Outro estudo a enfocar o tema da pobreza no Estado é o trabalho da FEE (1995), que recorre a uma metodologia de estimação do fenômeno baseada na construção de um Índice de Desenvolvimento Social (IDS) semelhante ao adotada pela ONU. Para a formação do IDS, os pesquisadores elaboraram um Índice de Carência Social (ICS) para cada município, considerando como parâmetro de carência total o diferencial entre os municípios que apresentam o melhor e o pior valor para cada variável considerada. As variáveis utilizadas foram a taxa de mortalidade infantil (de saúde), as taxas de analfabetismo e escolarização (educação), o PIB per capita e o grau de indigência (renda). O IDS resulta do cálculo de carência média (ICS-média) e varia de 0 a 1, de situações de carência absoluta até o desenvolvimento máximo. Cabe ressaltar que a análise decorrente das distribuições municipal e regional do IDS referem-se ao conjunto das populações, não devendo ser restringidas ao meio rural[1].

[1] Para maiores informações acerca dos procedimentos metodológicos utilizados no trabalho consultar FFE (1996:8 e passim).

Para operacionalizar o IDS os pesquisadores se basearam no "Macrozoneamento Agroecológico e Econômico do Rio Grande do Sul", realizado pela EMBRAPA em 1994, que divide o Estado em regiões e sub-regiões agroecológicas. Na figura 1, a seguir, pode-se observar as regiões e sub-regiões agroecológicas que concentram as áreas mais pobres do Estado[2]. As que estão em tons de marrom representam a *pobreza na metade sul* do Estado, enquanto as que estão em tons de azul demonstram a *pobreza na pequena propriedade* (norte do RS).

FIGURA 1
REGIÕES E SUB-REGIÕES AGROECOLÓGICAS MAIS POBRES DO RS



Regiões agroecológicas	ICS	IDS	Índice de Gini	Regiões agroecológicas	ICS	IDS	Índice de Gini
Metade Norte				*Metade Sul*			
1 B	0,3793	0,6207	0,774	2 B	0,6056	0,3944	0,847
1 C	0,4608	0,5392	0,743	9	0,6280	0,3720	0,799
5 A	0,5130	0,4870	0,649	10 A	0,6322	0,3678	0,744
7 A	0,4949	0,5051	0,425	10 B	0,6570	0,3430	0,763
7 B	0,5669	0,4331	0,534	11	0,8326	0,1674	0,730
7 C	0,4316	0,5684	0,598	12 A	0,6196	0,3804	0,726
				12 B	0,7675	0,2325	0,788

[2] Uma reflexão analítica sobre a subdivisão das regiões e das sub-regiões apresentada no mapa encontra-se no trabalho de Alonso, Benetti & Bandeira (1994). O mapa e as descrições das regiões e sub-regiões agroecológicas se encontra no anexo I deste trabalho.

A partir daí relacionou-se o IDS com informações da participação da população do meio rural, no PIB e à estrutura agrária (mão-de-obra e estrutura fundiária) com aplicação de técnicas de análise multivariada. A partir deste técnica o IDS permitiu uma correlação positiva entre a concentração de terra, o assalariamento rural e a grande propriedade com o analfabetismo e a indigência.

Na Tabela 8 abaixo, pode-se visualizar que nas áreas em que o IDS é inferior a 0,4000 (região 11, sub-região 12b, sub-região 3a, sub-região10b, sub-região10a, região 9, sub-região 12a e sub-região 2b, nesta ordem), a pobreza rural alcança intensidade maior. Esta situação ocorre majoritariamente na metade-sul do Estado, em zonas predominantemente ocupadas por propriedades de maior tamanho, ainda que algumas áreas destas regiões também concentrem propriedades pequenas, como é o caso dos municípios de Canguçu e São Lourenço do Sul. Outra comparação que reafirma a relação da concentração fundiária com a pobreza rural se dá entre o IDS e o ICS para estas mesmas áreas. Enquanto que o índice de desenvolvimento social (que varia de 0 a 1, refletindo situações de carência máxima até o desenvolvimento) destas regiões é inferior a 0,400, portanto indicando pouco desenvolvimento, o índice de carência social apresenta valores próximos a 1, o que revela uma situação mais próxima de carência do que de desenvolvimento. Estes dados podem ser confrontados com as informações que constam na Tabela 9, onde é possível relacionar o indicador de concentração fundiária dado pelo Índice de Gini (que varia de 0 a 1, na proporção de menor para maior) com o IDS. Ou seja, nas áreas onde o Índice de Gini é maior (região 9, sub-regiões 12b, 10b, 10a, região 11 e sub-regiões 12a, 3a e 2a, nesta ordem), o IDS também é baixo (inferior a 0,4000).

TABELA 8
ICS E IDS POR REGIÕES E SUBREGIÕES AGROECOLÓGICAS
DO RIO GRANDE DO SUL - 1991

Regiões e subregiões agroecológicas	ICS Saúde	ICS educação	ICS Renda	ICS Total	IDS
1a	0,4590	0,0906	0,0752	0,2083	0,7917
1b	0,4334	0,4349	0,2697	0,3793	0,6207
1c	0,3400	0,3848	0,6576	0,4608	0,5392
2a	0,3252	0,5219	0,8031	0,5501	0,4499
2b	1,0000	0,4695	0,3474	0,6056	0,3944
2c	0,4367	0,3683	0,3273	0,3774	0,6226
3a	0,7071	0,6691	0,8523	0,7428	0,2572
3b	0,1982	0,5046	0,6411	0,4480	0,5520
4a	0,3263	0,0931	0,0419	0,1538	0,8462
4b	0,0284	0,3583	0,4923	0,2930	0,7070
5a	0,5072	0,5513	0,4805	0,5130	0,4870
5b	0,3558	0,4129	0,4818	0,4169	0,5831
5c	0,0664	0,4093	0,4577	0,3111	0,6889
5d	0,2617	0,3938	0,4233	0,3596	0,6404
5e	0,8216	0,3164	0,5242	0,5541	0,4459
6a	0,1186	0,1618	0,3647	0,2150	0,7850
6b	0,4904	0,3318	0,3926	0,4049	0,5951
7a	0,1884	0,5184	0,7779	0,4949	0,5051
7b	0,0000	0,8560	0,8446	0,5669	0,4331
7c	0,2545	0,4558	0,5847	0,4316	0,5684
8	0,3100	0,3251	0,5486	0,3946	0,6054
9	0,6210	0,6329	0,6301	0,6280	0,3720
10a	0,8262	0,4638	0,6066	0,6322	0,3678
10b	0,9503	0,3788	0,6419	0,6570	0,3430
11	0,5243	1,0000	0,9736	0,8326	0,1674
12a	0,9286	0,3769	0,5533	0,6196	0,3804
12b	0,7320	0,6553	0,9153	0,7675	0,2325

FONTE: ALÍVIO à pobreza - diagnóstico e conclusões. (1995). Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/FEE. (PRÓ-RURAL 2000).

Tabela 9 - Indicadores de concentração da posse da terra, área média, participação na área total, participação regional e porcentagem de membros não remunerados.

Regiões e sub-regiões agro-ecológicas	Índice de Gini (posse da terra)	Área média das propriedades (ha)	Participação na área total (%)	Participação no número de estabelecimen-tos (%)	Total de pessoas ocupadas	Participação regional da população ocupada (%)	Percentual de membros não remunerados
1a	0,690	26,70	1,70	3,05	46,232	12,45	79,77
1b	0,774	44,40	4,23	4,57	74,166	2,64	80,03
1c	0,743	60,80	7,06	5,56	97,169	4,24	83,29
2a	0,660	18,70	0,84	4,05	28,396	5,56	91,71
2b	0,847	79,30	2,65	2,14	28,479	3,75	69,23
2c	0,797	246,10	1,56	1,61	8,715	1,62	35,97
3a	0,700	160,50	3,38	0,30	16,594	1,63	76,54
3b	0,721	53,80	4,68	1,01	75,968	0,50	87,54
4a	0,496	21,00	1,66	4,17	69,571	5,3	91,18
4b	0,434	20,20	1,21	3,80	52,119	0,95	96,27
5a	0,649	32,00	3,57	2,95	94,988	4,35	88,62
5b	0,516	23,40	1,99	5,36	64,647	6,96	93,11
5c	0,710	34,30	3,31	4,09	85,814	3,98	87,48
5d	0,610	32,40	1,99	4,64	49,100	2,98	89,91
5e	0,769	124,00	3,52	2,94	23,483	18,19	73,27
6a	0,443	12,60	0,60	1,36	33,398	5,43	93,02
6b	0,478	15,00	2,63	2,28	145,524	3,70	92,22
7a	0,425	12,00	2,57	8,38	173,855	4,91	94,80
7b	0,534	19,10	1,28	10,30	56,709	2,81	95,93
7c	0,598	19,70	2,55	3,21	117,098	1,34	85,25
8	0,752	46,80	6,34	6,21	110,138	10,24	85,56
9	0,799	155,40	6,53	6,49	40,495	1,91	65,97
10a	0,744	283,10	10,26	2,02	38,851	8,33	50,40
10b	0,763	265,60	9,89	1,74	37,865	19,89	56,75
11	0,730	69,50	8,35	5,77	95,994	9,95	85,02
12a	0,726	46,70	3,43	3,52	68,925	3,24	82,91
12b	0,788	143,30	2,24	0,75	13,639	6,70	58,46
Total do RS	0,764	48,00	100,00	100,00	1,747,932	6,30	85,41

FONTE: ALÍVIO à pobreza - diagnóstico e conclusões. (1995). Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/FEE. (PRÓ-RURAL 2000).

Entretanto, em termos absolutos, a pobreza rural gaúcha atinge maior magnitude e concentração em algumas regiões de pequena propriedade, onde existe um número superior de pobres relativamente as outras áreas do Estado. Consultando-se a Tabela 10, percebe-se que a pobreza rural em áreas de agricultura familiar se situa no Alto Uruguai (sub-regiões 7a,7b,7c), na Serra do Sudeste (região 11), e algumas áreas da Depressão Central (sub-região 1b e 1c) e na região de Soledade (sub-região 5a).

TABELA 10
TOTAL DE FAMÍLIAS INDIGENTES, GRAU DE INDIGÊNCIA, POPULAÇÃO TOTAL E PORCENTAGEM RURAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO AS REGIÕES E AS SUB-REGIÓES AGROECOLÓGICAS DO RS 0 1990 E 1991.

Sub-regiões agroecológicas em 1990	Familias indigentes 1990 (%)	Grau de indigência em	População total em 1991 população	Porcentagem rural da
1a	82.330	9,86	2.787.981	3,63
1b	33.068	18,93	554.632	21,37
1c	33.271	26,20	465.694	25,82
2a	12.355	26,33	137.332	31,28
2b	15.324	19,77	256.354	12,22
2c	2.867	28,00	34.462	24,86
3a	3.872	29,99	46.586	48,22
3b	14.642	28,09	192.873	43,54
4a	18.725	12,67	570.116	18,21
4b	8.004	21,98	118.527	50,02
5a	23.355	26,42	317.085	35,25
5b	13.606	24,67	193.075	42,99
5c	16.597	26,48	239.703	39,24
5d	8.368	24,79	116.187	48,08
5e	9.855	27,79	124.389	21,47
6a	8.592	18,20	146.772	36,07
6b	32.317	25,56	426.600	43,84
7a	22.184	30,73	285.637	64,49
7b	7.804	31,57	90.503	72,74
7c	19.970	29,12	266.225	46,71
8	26.802	26,94	358.815	33,00
9	12.703	30,58	157.827	29,23
10a	20.146	26,08	295.878	13,44
10b	19.314	26,66	266.525	16,95
11	6.622	35,16	175.077	59,95
12a	32.288	24,10	4453.048	21,16
12b	5.327	29,85	60.767	22,4
Total do RS	520.311	19,53	9.138.670	32,44

FONTE: ALÍVIO à pobreza - diagnóstico e conclusões. (1995). Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/FEE. (PRÓ-RURAL 2000).

Esta Tabela mostra uma correlação favorável entre o grau de concentração da população rural (municípios que tem altos percentuais de sua população residindo no campo como é

o caso das sub-regiões 7a e 7b) e o grau de indigência, indicando que nas áreas rurais densamente povoadas a concentração da pobreza é maior. As regiões assinaladas são áreas de minifúndios com terras de qualidade inferior, praticando uma agricultura convencional e pouco tecnificada mantendo baixos os níveis de renda dos produtores.

1.3 A DISTRIBUIÇÃO E AS CAUSAS DA POBREZA RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

De posse das informações acerca da intensidade (onde estão os mais pobres) e da magnitude (onde se concentra a maior quantidade de pobres) e das correlações positivas que apresentam face a estrutura fundiária, podemos afirmar que existem pelo menos dois tipos de pobreza rural no Rio Grande do Sul. Uma delas, mais intensa, relacionada à concentração fundiária e a formas de ocupação onde predomina o assalariamento, localiza-se na macro-região denominada metade-sul do Estado. A outra refere-se a uma situação de pobreza menos intensa, porém com índices de concentração mais elevados, que se encontra nas áreas de pequena propriedade.

Para proceder à análise da espacialidade da pobreza rural no Rio Grande do Sul utilizamos como referência os dados da Pesquisa Rural da EMATER de 1991/92 e um estudo da FEE onde estes mesmos dados foram retrabalhados com base em uma amostra dos municípios representativos da pobreza rural no Estado. Esta seleção permitiu que se detectasse algumas características da distribuição espacial da pobreza no Estado associando-a a variáveis como a qualidade de vida e o perfil demográfico[3].

Em relação aos indicadores de qualidade de vida apontam-se diferentes situações, de acordo com a variável em questão. Em relação à escolaridade, as taxas de analfabetismo mais elevadas concentram-se na sub-região 5a (Barros Casal) e região 11 (Santana da Boa Vista e Piratini) com índices muito superiores (28,92%, 12,50% e 11,21% respectivamente) à média do Estado, que é de 4,87%. Cabe destacar que os piores níveis de alfabetização da população ativa coincidem com os casos onde o trabalho de crianças (12,77%) é relevante, conforme apontam os dados do documento "Alívio a Pobreza - Diagnóstico e Conclusões",(Tabela 11).

Em relação aos indicadores de sáude, alimentação, saneamento e habitação que expressam a situação da qualidade de vida das populações envolvidas, constata-se muitas similaridades entre a região 11 e as sub-regiões 5a, 6a e 7c, conforme indicado na Tabela 12. A precariedade e os piores indicadores em relação às variáveis citadas se correlacionam, chegando mesmo a acentuar-se em municípios onde se pratica uma agricultura pouco tecnificada

[3] Segundo os pesquisadores da FEE, a amostra dos municípios é representativa das respectivas regiões. Desse fato, deprende-se que as conclusões obtidas a partir da amostra podem ser generalizadas para a região. Assim, recomendamos que os indicadores referentes a cada município não sejam vistos apenas isoladamente, mas ampliados para as regiões nos quais se inserem, conforme indicado pelo mapa acima.

e com baixos retornos de renda para o produtor rural.

Em relação à estrutura etária registram-se dois conjuntos de municípios, na amostra selecionada no estudo da FEE (1996:20). A Tabela 13, mostra que nos municípios situados na região 11 e sub-região 1c o índice de idosos chega a 8%, portanto superior à média do Estado que é de 6%. Na situação oposta tem-se os municípios situados nas sub-regiões 5a, 6b e 7c, onde a população apresenta características mais jovens fato que, provavelmente, está relacionado a uma taxa de fecundidade.

Tabela 11-Indicadores de escolaridade, de força de trabalho e taxa de dependência da população rural em municipios selecionados do Rio Grande do Sul - 1991.

Sub-regiões e municipios	Escolaridade					Força de trabalho			Taxa de dependência da população rural (5) (%)
	Tx. Escolarização (7-14) (1)	Alfabetizados de 15 anos e mais	Analfabetos na população ativa (2)	Até 1º Grau (3)	1º Grau (4)	Crianças	Idosos	Mulheres	
1b - Barra do Ribeiro	100	97,37	2,94	73,68	11,84	11,77	9,41	43,53	56,05
1b - Montenegro	87,88	96,85	2,30	73,74	13,24	8,14	7,56	45,74	56,34
1c - Restinga Seca	85,00	94,67	2,40	65,33	18,00	11,76	14,71	49,41	24,37
1c - São Pedro do Sul	86,57	96,13	3,13	62,73	16,29	12,0	7,46	50,00	49,98
3b - Lagoa Vermelha	91,07	92,26	4,65	60,27	12,80	14,37	11,78	47,70	56,19
4b - Guaporé	88,00	93,82	3,24	69,62	12,63	14,71	7,36	48,50	51,08
5a - Barros Cassal	87,93	67,42	28,92	56,45	3,87	15,19	5,80	48,89	68,45
5b - Campinas do Sul	97,22	96,65	2,37	76,09	10,87	4,56	7,04	49,76	51,25
5b - Getúlio Vargas	90,33	96,22	0,70	75,03	10,30	9,30	7,56	47,29	53,05
5b - Machadinho	87,23	93,59	6,00	75,64	8,33	22,11	2,01	48,74	59,84
5c - Sarandi	76,47	97,37	0,74	84,54	4,93	10,12	7,67	42,94	56,03
6b - Sobradinho	87,78	91,44	5,84	59,69	20,72	16,57	6,22	46,52	57,98
6b - Venâncio Aires	91,66	95,52	3,06	79,14	6,63	11,56	9,63	46,58	50,46
7a - C. das Missões	87,50	97,66	2,45	71,35	15,79	15,58	3,52	39,70	53,75
7a - Crissiumal	94,12	96,19	2,97	71,94	18,26	17,95	5,45	47,73	57,52
7a - Tuparendi	52,31	96,60	2,84	25,59	41,85	16,86	3,43	48,57	51,54
7b - Aratiba	91,84	94,64	3,86	82,14	3,21	13,21	6,29	47,80	51,37
7c - F.Westphalen	98,70	92,49	5,71	76,01	4,91	15,24	6,63	48,40	61,36
7c - Santo Augusto	96,55	91,44	6,94	71,66	4,28	12,80	6,63	51,18	64,21
11 - Piratini	85,71	86,44	11,21	64,63	10,37	12,76	8,59	46,40	47,82
11 - S. da Boa Vista	92,86	82,46	12,50	69,30	8,33	9,24	13,65	48,59	45,67
12a - Pelotas	86,00	94,68	3,46	67,39	20,97	12,54	9,33	48,16	55,85
RS	87,43	93,18	4,87	66,47	13,42	12,77	8,27	46,98	56,15

FONTE: ALÍVIO à pobreza - diagnóstico e conclusões. (1995). Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/FEE (PRO-RURAL 2000).

(1) % de 1º grau incompleto na população de 7 a 14 anos. (2) % de analfabetos na população de 15 a 65 anos. (3) % de 1º grau incompleto na população de 15 e mais

Tabela 12 - Indicadores de qualidade de vida de municípios selecionados do Rio Grande do Sul - 1991

Sub-regiões e municípios	Saúde (1)						Alimentação		Saneamento					Habitação					
	Total de doenças transmissíveis	Total de doenças não-transmissíveis	Intoxicação química	Tuberculose	Diarréia	Febre tifóide mais hepatite	Boa	Má	Água não de poço mais sem água	Poço artesiano	Esgoto adequado (fossa séptica)	Água encanada	Lixo no terreno	Sem forro (2)	Cobertura inadequada (2)	Sem casa (3)	Número médio de pessoas por casa	Residência fora da propriedade	Média de moradores por domicílio (4)
1b-B. do Ribeiro	86,67	83,33	0,00	0,00	6,67	0,00	93,33	3,33	56,67	6,67	83,33	86,67	16,67	5,71	2,86	0,00	2,77	16,49	3,45
1b-Montenegro	69,29	83,57	0,00	2,14	9,29	2,14	79,29	2,86	31,43	42,86	71,43	92,14	12,86	0,56	9,60	2,14	3,44	7,22	3,53
1c-Restinga Seca	110,00	108,00	8,00	0,00	8,00	0,00	88,00	6,00	30,00	10,00	70,00	74,00	12,00	6,90	3,45	0,00	3,16	4,92	3,78
1c-S. Pedro doSul	71,67	71,67	15,00	2,50	8,33	2,50	65,00	3,33	43,33	12,50	27,50	74,17	20,83	10,27	16,67	0,83	4,06	46,65	3,75
3b-L. Vermelha	64,36	74,26	0,00	1,98	3,96	1,98	68,32	5,94	83,17	10,89	57,43	85,15	33,66	7,48	16,67	1,98	3,48	26,34	3,75
4b-Guaporé	97,00	103,00	0,00	0,00	3,00	0,00	91,00	0,00	74,00	12,00	51,00	94,00	35,00	0,92	27,83	5,00	4,49	11,34	4,54
5a-Barros Cassal	145,00	223,75	27,50	0,00	31,25	0,00	55,00	22,50	95,00	0,00	31,25	81,25	50,00	21,74	9,24	0,00	3,53	6,40	4,25
5b-Camp.do Sul	82,00	70,00	10,00	0,00	2,00	0,00	84,00	0,00	52,00	8,00	30,00	94,00	32,00	4,00	4,00	66,0	9,88	7,29	4,20
5b-Getúlio Vargas	66,67	114,17	0,00	0,83	23,33	0,83	54,17	4,17	57,50	15,83	7,50	87,50	27,50	1,46	7,59	5,00	4,15	12,32	4,15
5b-Machadinho	150,00	68,00	8,00	0,00	26,00	0,00	64,00	10,00	86,00	2,00	0,00	88,00	32,00	4,55	4,17	64,00	9,42	4,87	4,36
5c-Sarandi	48,75	91,25	11,25	0,00	2,50	0,00	51,25	6,25	71,25	13,75	68,75	95,00	21,25	0,00	48,15	0,00	4,51	3,66	4,24
6b-Sobradinho	127,69	134,62	14,62	1,54	27,69	1,54	60,77	16,92	52,31	10,00	52,31	80,77	16,15	10,64	5,13	0,00	4,04	4,74	4,06
6b-Venâncio aires	86,00	58,67	22,67	0,67	2,00	0,67	66,00	7,33	48,00	20,00	82,00	89,33	24,00	4,10	17,43	0,67	3,14	14,58	3,70
7a-C. das Missões	152,00	156,00	8,00	0,00	40,00	0,00	82,00	4,00	24,00	16,00	42,00	88,00	2,00	0,00	21,15	0,00	4,37	11,66	4,23
7a-Crissiumal	64,17	107,50	5,83	0,83	0,83	0,83	80,83	5,00	45,83	5,83	45,00	70,83	6,67	3,29	8,39	0,00	3,46	4,52	4,06
7a-Tuparendi	150,00	167,50	2,50	0,00	23,75	0,00	78,75	2,50	63,75	10,00	73,75	81,25	2,50	1,19	10,64	1,25	4,71	11,40	3,98
7b-Aratiba	27,50	40,00	8,75	0,00	1,25	0,00	85,00	1,25	87,50	5,00	1,52	97,50	21,25	2,27	20,41	45,00	8,39	5,42	4,36
7c-F.Westphalen	95,00	80,00	10,00	0,00	16,00	0,00	89,00	8,00	76,00	1,00	61,00	89,00	42,00	9,82	2,40	2,00	4,35	5,95	4,36
7c-Santo Augusto	156,00	176,00	0,00	2,00	30,00	2,00	60,00	14,00	48,00	28,00	78,00	84,00	34,00	1,54	2,90	0,00	3,52	10,92	4,14
11-Piratini	128,33	101,67	4,17	0,83	19,17	0,83	21,67	16,67	29,17	0,83	53,33	77,50	30,00	33,07	7,69	12,50	4,09	26,42	3,46
11-S. da Boa Vista	82,50	51,25	5,00	0,00	6,25	0,00	26,25	12,50	76,25	3,75	36,75	60,00	31,25	68,13	13,33	5,00	3,23	20,75	3,66
12a-Pelotas	89,37	95,00	0,00	0,62	6,25	0,62	68,75	6,25	33,12	9,38	50,00	83,75	46,25	8,28	0,60	3,12	4,54	7,82	4,07
RS	95,51	98,72	9,10	0,70	11,72	0,70	68,16	5,69	54,08	15,09	54,63	83,15	26,09	8,96	15,64	6,36	3,81	14,82	(5)3,93

FONTE: ALÍVIO à pobreza - diagnóstico e conclusões. (1995). Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/FEE. (PRÓ-RURAL 2000).

(1) Casos relatados de doenças em cada 100 famílias. (2) Proporção em relação ao total de casos. (3) Proporção de propriedades sem casa em relação ao total de propriedades. (4) Dados do Censo Demográfico para as áreas rurais. (5) A média dos moradores por domicílio nas áreas urbanas é 3,56.

TABELA 13
POPULAÇÃO, SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS, DAS ÁREAS RURAIS DE MUNICÍPIOS SELECIONADOS DO RIO GRANDE DO SUL - 1991

Sub-regiões e municípios	0-14 anos		15-40 anos		41-65 anos		Mais de 65 anos		Total
	habit.	%	habit.	%	habit.	%	habit.	%	
1b-Barra do Ribeiro	1.442	29,97	1.990	41,36	1.093	22,72	286	5,94	4.811
1b-Montenegro	3.578	29,37	5.109	41,94	2.683	22,02	812	6,67	12.182
1c-Restinga Seca	2.306	26,97	3.493	10,86	2.045	23,92	705	8,25	8.549
1c-São Pedro do sul	3.453	33,66	4.460	43,48	1.897	18,49	448	4,37	10.258
3b-Lagoa Vermelha	2.463	29,56	3.327	39,93	2.008	24,10	535	6,42	8.333
4b-Guaporé	1.500	25,88	2.400	41,40	1.437	24,79	460	7,94	5.797
5a-Barros Cassal	3.910	36,05	4.512	41,60	1.926	17,76	497	4,58	10.845
5b-Campinas do Sul	1.443	28,27	2.217	43,43	1.158	22,68	287	5,62	5.105
5b-Getúlio Vargas	2.003	28,93	2.947	42,56	1.577	22,78	397	5,73	6.924
5b-Machadinho	1.565	33,29	2.002	42,59	939	19,97	195	4,15	4.701
5b-Sarandi	3.228	30,24	4.637	43,44	2.204	20,65	605	5,67	10.674
6b-Sobradinho	3.395	32,35	4.476	42,65	2.167	20,65	457	4,35	10.495
6b-Venâncio Aires	7.931	26,84	12.578	42,57	7.060	23,89	1980	6,70	29.549
7a-Campinas das Missões	1.760	29,28	2.572	42,80	1.337	22,25	341	5,67	6.010
7a-Crissiumal	3.558	30,42	4.870	41,64	2.555	21,85	713	6,10	11.696
7a-Tuparendi	2.052	27,71	3.070	41,45	1.817	24,53	467	6,31	7.406
7b-Aratiba	2.367	28,64	3.542	42,86	1.918	23,21	438	5,30	8.265
7c-Frederico Westphalen	3.453	33,66	4.460	43,48	1.897	18,49	448	4,37	10.258
7c-Santo Augusto	2.812	34,57	3.485	42,84	1.469	18,06	369	4,54	8.135
11-Piratini	2.562	24,10	4.172	39,24	3.020	28,41	877	8,25	10.631
11-Santana da Boa Vista	1.257	22,66	2.294	41,36	1.514	27,29	482	8,69	5.547
12a-Pelotas	7.215	27,85	10.244	39,54	6.380	24,63	2069	7,99	25.908
Total do grupo	65.253	29,38	92.857	41,81	50.101	22,56	13.868	6,24	222.079
Total do RS	641.761	29,96	894.646	41,76	477.181	22,28	128.540	6,00	142.128

FONTE: ALÍVIO à pobreza - diagnóstico e conclusões. (1995). Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/FEE. (PRÓ-RURAL 2000).

Em relação ao perfil demográfico da população rural do Rio Grande do Sul, a Tabela 14 a seguir, revela um crescimento vegetativo negativo de -1,48% em 1991. Conforme apontam os dados desta tabela, as taxas mais altas de crescimento negativo estão relacionadas a indicadores de qualidade de vida como o grau de indigência, PIB per capita mais baixo e taxas de alfabetização igualmente reduzidas, tal como indicam os casos dos municípios de Piratini e Santana da Boa Vista .

Tabela 14 - Taxas de alfabetização, escolarização e mortalidade, PIB per capita, grau de indigência, percentual da população rural, taxa de crescimento da população total e taxa de crescimento da população rural em municípios selecionados do Rio Grande do Sul

Sub-regiões e municípios	Taxa de alfabetização (1) (%)	Taxa de escolarização (2) (%)	Taxa de mortalidade (3)	PIB "per capita" (4) (US$)	Grau de indigência (5) (%)	Popul. rural sobre total em 1991 (%)	Taxa de crescimento em 1991		Var.absoluta do crescim. da popul. rural
							Popul.total	Popul. rural	
1b-Barra do Ribeiro	84,28	92,85	16	2,742	27,5	40,86	1,05	0,85	428
1b-Montenegro	90,16	97,65	22	3,535	22,9	24,81	3,01	-1,45	-2.117
1c-Restinga Seca	85,64	90,66	14	2,583	31,1	56,09	0,49	-1,28	-1.276
1c-São Pedro do sul	88,19	92,69	17	1,890	39,0	51,23	0,27	2,05	12.670
3b-Lagoa Vermelha	85,75	91,83	21	2,814	30,3	29,00	0,92	-1,58	-1.601
4b-Guaporé	90,27	89,79	16	2,653	20,3	29,24	1,00	-4,43	-3.744
5a-Barros Cassal	73,41	83,74	10	1,030	38,0	81,72	-0,49	-1,05	-1.335
5b-Campinas do Sul	68,32	91,96	14	3,003	24,7	59,68	-0,13	-1,64	-1.019
5b-Getúlio Vargas	90,17	87,84	14	2,865	26,6	34,55	0,64	-3,63	-3.476
5b-Machadinho	80,26	82,86	20	1,449	40,6	64,06	-0,89	-2,34	-1.397
5b-Sarandi	88,50	93,76	15	3,855	20,9	47,76	0,77	0,23	263
6b-Sobradinho	82,85	92,41	27	1,637	38,1	52,11	0,58	-1,91	-2.474
6b-Venâncio Aires	90,75	93,21	24	3,983	27,1	53,26	1,34	-0,56	-1.888
7a-Campinas das Missões	93,88	96,56	11	2,337	29,2	74,60	-0,24	-1,27	-910
7a-Crissiumal	91,71	95,82	24	1,793	28,9	64,32	-0,67	-2,09	-3.053
7a-Tuparendi	89,70	91,46	13	2,677	25,8	59,35	-0,97	-2,66	-2.554
7b-Aratiba	90,09	86,38	13	2,187	21,0	77,14	-0,84	-1,85	-1.884
7c-Frederico Westphalen	88,70	101,95	23	2,595	27,9	40,78	0,89	-1,39	-1.699
7c-Santo Augusto	84,55	98,62	29	3,853	29,2	45,62	0,19	-0,03	-26
11-Piratini	77,04	85,40	14	1,317	36,3	60,22	-1,18	-2,82	-3.936
11-Santana da Boa Vista	77,31	83,88	15	1,032	43,3	65,97	-0,53	-2,29	-1.612
12a-Pelotas	91,03	96,46	31	3,161	21,8	8,90	1,73	-6,03	-25.464
RS	89,88	93,98	20	3,773	(6)17,02 (7)19,98	23,44	1,48	-1,48	-380.769

FONTE: ALÍVIO à pobreza - diagnóstico e conclusões. (1995). Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/FEE. (PRÓ RURAL 2000).

(1) Alfabetizados na população de 15 anos e mais - 1991. (2) Matrícula inicial 1º grau/população de 7 a 14 anos - 1991. (3) Média aritmética simples dos óbitos de menores de um ano no período 1990-92 sobre a população de 1991 (em 1000). (4) Em 1992. (5) Percentual de famílias indigentes em relação ao total das famílias em 1990. (6) Em relação à população. (7) em relação ao total de famílias.

A relação da pobreza rural com os diferentes indicadores demográficos e de qualidade de vida até aqui apresentados pode ser complementada a partir de sua vinculação aos sistemas produtivos adotados pelos agricultores e pela própria fertilidade dos solos das distintas regiões gaúchas. Segundo o diagnóstico da FEE (1995), o primeiro programa de políticas públicas a se preocupar com o perfil econômico do produtor de baixa renda, sua localização espacial e seu nível de pobreza foi o PIIRS (Programa de Investimentos Integrados para o Setor Agropecuário do Rio Grande do Sul), lançado no período 1975-78. Entre as informações levantadas por este trabalho destaca-se a de que, em 1975, 58,6% das unidades de produção do Estado podiam ser consideradas inviáveis, segundo critério de incapacidade de gerar uma renda equivalente a um salário mínimo; destas 61,3% situavam-se em estratos de área inferiores de 10 ha. A princípio, esta constatação poderia levar-nos a inferir que nas propriedades pequenas, onde os níveis de renda são mais deprimidos, a pauperização econômico-social e o êxodo rural são situações comuns entre os proprietários rurais. Ainda segundo os dados do PIIRS, nos estratos acima de 10 ha as condições de produção seriam melhores (principalmente pelo tamanho da área) e influenciariam diretamente os rendimentos dos produtores. Haveria uma relação direta entre níveis de pobreza e escalas de produção.

De modo geral, a história recente da agricultura gaúcha não desmente estas conclusões. Os dados sobre o processo de modernização da agricultura ocorrido a partir da década de 1970 mostram que boa parte das migrações rurais provinham da região norte do Estado, onde existe concentração de pequenas proprietários que provavelmente deixaram o meio rural compelidos pela reduzida quantidade de terras (às vezes de baixa fertidade) e pelas pressões demográficas e econômicas[4].

Não obstante, a explicação da pobreza não deve se restringir a variáveis de determinação histórico-geográfica (ocupação fundiária). Para ampliar o escopo da análise dever-se-ia estabelecer indagações sobre a relação da pobreza rural gaúcha com a qualidade dos solos e os sistemas produtivos praticados pelos agricultores nas diferentes regiões. A partir destas questões o trabalho da FEE (1995), baseado nos dados da Pesquisa Rural da EMATER de 1991/92, buscou uma nova caracterização econômico-social do produtor de baixa renda do Estado. Após selecionados os municípios da amostra (16 no total), procurou-se relacioná-los a estrutura do uso da terra a nível de cada estrato (a metodologia utilizada foi a mesma do IDS, que descrevemos anteriormente). Ao mesmo tempo, identificaram-se as três ou quatro culturas de produção agrícola e linhas de pecuária mais importantes que foram, posteriormente, agrupadas por similitude, resultando daí 12 tipos de agricultura diferentes, conforme indica a tabela 15, a seguir.

Estes diferentes sistemas de organização da produção podem ser tomados como repre-

[4] Para maiores informações ver Barcelos, Tânia (1996) Migrações no Sul: caminhos para terras e cidades. POA, UFRGS/IFCH, Dissertação de Mestrado, mimeo.

sentativos das regiões e sub-regiões geográficas do Estado. Pela tabela podemos ver que não há grandes diferenças entre os produtores do estrato de 0 a 10 ha onde, no geral, pratica-se uma agricultura diversificada de grãos e criação de pequenos animais. As alterações na produção ocorrem em relação ao cultivo de grãos e estão diretamente relacionadas ao tipo de solo (ver coluna e legenda das classes de solo) ao qual se apropria a variedade. Esta situação varia quando os agricultores se situam em alguma área próxima a centros urbanos ou são influenciados por agro-indústrias (como é o caso do fumo em Sobradinho), quando aos produtos tradicionais associam-se outros complementares, como é o caso dos hortifrutigrangeiros (ver situação das áreas 12a, 1b, 6b e 5a).

Outra constatação que pode ser extraída da tabela é de que não há grande variação entre os sistemas produtivos adotados entre os dois estratos diferentes. O volume da produção se altera e surgem combinações onde a criação animal é considerável e varia conforme a qualidade dos solos (especialmente nas áreas do sul do Estado como a 11 e a 1c). O caso do município de Santana da Boa Vista é representativo desta situação, pois no estrato de 10 a 50 ha cresce a importância da criação animal, o que pode estar associado à qualidade dos solos, que no geral não é boa.

Contudo, se analisarmos o caso dos municípios de Barros Cassal e Piratini teremos uma resposta à indagação quanto à influência da qualidade dos solos e da adoção de sistemas de produção sobre a pobreza rural. O primeiro município tem solos muito deficientes, quase impróprios para lavoura, e concentra grande quantidade de pequenos produtores. O segundo, destaca-se por ter pouca variedade de produção, terras igualmente pouco férteis e com forte ascendência para atividades produtivas ligadas à criação animal.

Tabela 15-Caracterização econômica do produtor rural em municípios-tipo selecionados Rio Grande do Sul - 1991/92

	Região e subregião agroeco-lógicas	Tipo de combi-nação	Estrato de área em ha 0 - 10	Tipo de combi-nação	Estrato de área em ha 10 - 50	Capacidade de uso do solo (II) % da classe na área total do município I a III	IVpt	IVI
Crissiumal	7a	1	Soja/aveia, aves	1	Soja/trigo, aveia, milho, aves (+)	21,7	57,4	0
Campinas das Missões	7a	1	Soja/trigo, mandioca, aves, suínos	1	Soja/trigo, mandioca, aves, suínos	42,5	57,5	0
Tuparendi	7a	1	Soja/trigo, aves, leite, suínos	1	Soja/trigo, aveia, milho, aveias, suínos, leite	44,9	50,2	0
Aratiba	7b	2	Milho/feijão, trigo, aves	9	Milho/feijão, trigo, soja, aves, bovinos	0	20,7	0
Frederico Westphalen	7c	1	Trigo/milho, soja, suínos, aves	1	Soja/trigo, milho, feijão, suínos, aves	30,9	23,7	0
Santo Augusto	7c	1	Soja/milho, trigo, aves	1	Soja/trigo, milho, aves (++), suínos	93,7	2,7	0
Barros Cassal	5a	3	Milho/fumo, feijão, aves	3	Milho/fumo, feijão, leite, suínos, aves	4,5	17,9	0
Campinas do Sul	5b	2	Milho/aves (-)	1	Soja/trigo, milho, aves (-)	65,5	5,3	0
Machadinho	5b	2	Milho/soja, trigo, feijão, suínos (+)	9	Milho/soja, trigo, feijão, bovinos, leite, suínos (+), aves (+)	22,2	38,9	0
Sobradinho	5b	3	Milho, feijão, fumo, leite (+), suínos (+), aves (+)	3	milho/feijão, fumo, suínos (+), aves (+)	0	27,3	0
Barra do ribeiro	1b	4	Mandioca/feijão, milho, fumo, arroz irrigado, leite, aves (+), hortifrutigrangeiros	5	Arroz irrigado/mandioca, milho, feijão, leite, aves (-), hortifrutigrangeiros	28,1	5,1	43,4
Restinga Seca	1c	5	Arroz irrigado/soja, milho, mandioca, leite, aves (+)	10	Soja/arroz irrigado, milho, amendim, fumo, suínos, leite, suínos, aves	61,9	0	38,1
São Pedro do Sul	1a	6	Milho/soja, feijão, arroz irrigado, suínos, aves (-)	11	Milho/arroz irrigado, soja mandioca, feijão, bovinos de corte, leite	44,5	12,4	14,8
Piratini	11	7	Milho/feijão, ovinos	12	Milho/soja, cevada, feijão, leite (+), bovinos de corte, ovinos	9,7	18,2	0,7
Santana da Boa Vista	11	7	Milho/feijão, ovinos	12	Milho/feijão, trigo, bovinos de corte, ovinos	14,0	11,2	3,9
Pelotas	12a	8	Milho/fumo, feijão, aves, hortifrutigrangeiros	8	Milho/soja, feijão, fumo, aves, hortifrutigrangeiros (++)	20,7	35,4	20,0

FONTE: ALÍVIO à pobreza - diagnóstico e conclusões. (1995). Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/FEE. (PRÓ-RURAL 2000).

Convenções:

- códigos dos tipos de combinação das linhas de produção: 1 Soja/trigo, milho,aveia, mandioca, suínos, aves, gado de leite;
2 Milho/soja, trigo, feijão, suínos, aves;
3 Milho/feijão, fumo, suínos, aves, gado de leite;
4 Mandioca/feijão, milho, fumo, arroz irrigado, suínos, aves, gado de leite, hortifrutigrangeiros
5 Arroz irrigado/soja, milho, feijão, mandioca, gado de leite, aves
6 Milho/soja, feijão, arroz irrigado, suínos, aves
7 Milho/feijão, ovinos
8 Milho/fumo, feijão, soja, aves, hortifrutigranjeiros
9 Milho/feijão, trigo, soja, aves, suínos, bovinos de corte, gado de leite
10 Soja/arroz irrigado, milho, amendoim, fumo, suínos, leite, aves
11 Milho/arroz irrigado, soja, mandioca, feijão, gado de corte, gado de leite
12 Milho/soja, cevada, feijão, trigo, gado de corte, gado de leite, ovinos.II - Classe de usos do solo:

Casse I a III: Terras cultiváveis de forma segura, continua e intensiva e capazes de produzir boas colheitas das culturas anuais, sem limitações sérias à mecanização.

Classe IV : Terras que não se prestam ao cultivo continuado, seguro, e intensivo em culturas anuais. As principais limitações apresentadas constituem a sucetibilidade a inundações ou drenagem deficiente (sub-classe IVi); a pedregosidae (sub-classe IVp); a declividade acentuada e irregular (IVt).

Observação: O sinal (+), significa efetivos de animais acima de media; (++) efetivos de animais bem acima de media; (-) efetivos de animais.

2. DINÂMICA DEMOGRÁFICA, EMPREGO E QUALIDADE DE VIDA

Nesta seção pretende-se fazer algumas aproximações a determinados aspectos da dinâmica sócio-econômica da população gaúcha no período recente. De um modo geral, os aspectos relacionados ao perfil demográfico e às novas formas de ocupação são decorrentes das transformações produtivas e tecnológicas verificadas a partir da década de 1970. Neste sentido, apreciamos a questão do trabalho infantil, das aposentadorias previdenciárias rurais, das migrações, das novas formas de ocupação e dos assentamentos a partir dos seus efeitos sobre a sociabilidade e a economia regional. Enquanto que alguns destes aspectos revelam-se dinamizadores das relações sociais e produtivas outros, no entanto, estão a indicar a necessidade de intervenções externas.

2.1 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO RURAL GAÚCHA

Algumas características demográficas da população que se relacionam com a pobreza podem, em algumas circunstâncias, servir até mesmo como indicadores da mesma. Entre essas características estão a expectativa de vida e os índices de envelhecimento da população, as taxas de fecundidade, os índices de alfabetização e os níveis de educação.

O envelhecimento da população, como tendência geral, quase sempre revela o aumento da duração média da vida - a expectativa de vida - como consequência principalmente das descobertas no campo da medicina e da melhoria da alimentação e do atendimento à saúde. A existência de uma proporção de idosos maior do que de crianças também resulta da diminuição do número de nascimentos, isto é, da taxa de fecundidade. Essas duas características associam-se com o nível de vida da população, pois entre as populações mais pobres geralmente a expectativa de vida é menor e a taxa de fecundidade é maior do que entre as populações mais ricas.

Quando o envelhecimento da população é significativamente superior em uma região em relação à outra, dentro de um mesmo país, provavelmente o fenômeno é outro: trata-se quase sempre da reação da população à pobreza ou à falta de oportunidades sócio-econômicas naquela região. Neste caso, o envelhecimento da população decorre da migração, da saída das pessoas, principalmente os jovens, das regiões mais pobres (na maioria das vezes rurais) para as regiões mais ricas (na maioria das vezes cidades médias ou grandes). Neste sentido, o envelhecimento da população, em determinada região, reflete situações desfavoráveis à absorção da população mais jovem, tais como falta de terras e/ou baixa qualidade das mesmas, falta de empregos e condições desfavoráveis para a produção agropecuária. De acordo com os dados da PNAD/IBGE, num total de quase 2 milhões de pessoas, correspondendo a 20,8% da população total, há, em 1995, no meio rural do Rio Grande do Sul, um número maior de homens do que de mulheres, respectivamente 1.023.900 (51,2%) e 974.923 (48.8%). A situação inverte-se no meio urbano, onde há mais mulheres (52,1%) do que homens (47,8%).

As pesquisas realizadas anualmente pelo IBGE têm detectado um processo de envelhecimento da população brasileira. Em 1995, os idosos - pessoas com mais de 60 anos - representavam 8,3% da população brasileira, proporção que era de 7,7% no levantamento feito em 1993. Entre os idosos do País, aumentou também o número de mulheres, pois elas correspondiam a 54,2% da população com mais de 60 anos em 1993, e chegaram a 55,1% do total em 1995.

Para o estado do Rio Grande do Sul os dados são ainda mais significativos, pois sua população rural é relativamente mais envelhecida do que a população brasileira total, uma vez que 12,1% tem mais de 60 anos (11,8% dos homens e 12,4% das mulheres). No meio urbano do Estado, há uma proporção elevada de idosos, mas menor do que no meio rural, correspondendo a 9% no total, sendo 8,6% dos homens e 10,3% das mulheres do meio urbano.

Informações sobre a esperança de vida ao nascer da população brasileira, referentes a 1988, indicam o Rio Grande do Sul, seguido pelo Espírito Santo, com os melhores indicadores, quando comparados com os demais Estados: respectivamente 72,6 e 70,6 anos (no Nordeste, a esperança de vida variava de 51,9 anos na Paraíba à 62,7 na Bahia) (Albuquerque & Villela, 1990 apud Romão, 1993).

Além de caracterizar o processo de envelhecimento da população brasileira e, em proporção maior, da população riograndense, os dados apresentados acima revelam que as mulheres vivem relativamente mais do que os homens, bem como uma migração rural-urbana feminina superior à masculina.

No que se refere à mortalidade infantil, a PNAD de 1995 registra um índice de 42,5 óbitos em cada 1.000 crianças nascidas no Brasil, demonstrando uma melhoria significativa, pois no início da década de 70 havia 100 mortes para cada 1.000 nascimentos, e na década de 80 havia 70 mortes para cada 1.000 nascimentos. Apesar do avanço, esse índice ainda é elevado, tendo em vista que em países desenvolvidos ele é inferior a 10 mortes para 1.000 nascimentos (no Japão, por exemplo, há 9 óbitos por 1.000 nascimentos). O Rio Grande do Sul apresenta uma situação melhor em relação ao conjunto dos estados brasileiros, tendo em vista que os índices nacionais recebem o peso negativo dos estados do Nordeste e Norte, onde esses índices são mais elevados.

Num estudo publicado em 1985, com base em dados de 1979, Victora e Vaughan (1985) verificaram a existência de relação entre propriedade da terra e taxas de mortalidade e de subnutrição infantil, no Rio Grande do Sul. A taxa de mortalidade infantil no Estado, neste período, era de aproximadamente 40 mortes para cada 1000 nascidos vivos, tendo o Rio Grande do Sul a menor taxa de mortalidade infantil do Brasil. No entanto, dentro do Estado, foram constatadas diferenças marcantes entre a região Sul (com uma taxa de cerca de 70 mortes por 1000 nascimentos) e a região Nordeste (com uma taxa de 20 por 1000 nascimentos) . Os autores concluíram que, de acordo com os dados analisados, em áreas de grande propriedade, baseadas na criação de gado, e com uma proporção elevada de trabalhadores

assalariados, crianças pequenas registram uma maior proporção de taxas de mortalidade e apresentam condições nutricionais mais pobres do que crianças em áreas de pequenas propriedades, agricultura familiar e trabalhadores familiares autônomos" (Victora e Vaughan, 1985).

No que diz respeito à fecundidade, os dados nacionais mostram uma queda acentuada. No censo de 1970, o número médio de filhos por mulher era de 5,76. Em 1980, este número havia caído para 4,36. Em 1995, de acordo com os dados da PNAD, o índice era de 2,52 filhos por mulher. O relatório referente aos dados da PNAD de 1995 não discrimina as informações referentes ao meio rural, mas os dados disponíveis referentes ao Estado indicam que a taxa de fecundidade do Rio Grande do Sul é inferior à nacional, pois registrou-se, em 1995, uma média de 1,2 nascidos vivos para o total de mulheres entre 15 e 44 anos e uma média de 2,2 nascidos vivos para o total de mulheres entre 15 e 44 anos que tiveram filhos (PNAD 1995).

A pesquisa realizada pela Emater em 1991/92 [5] permite fazer uma análise com base em alguns dados, entre as regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Na amostra utilizada, a proporção de idosos (pessoas com mais de 60 anos) era de 13,1%, com maior destaque em número de idosos nas zonas da Campanha (15,9%) e da Serra (16,0%), seguidas de perto pela zona Metropolitana (15,7%) e pela zona Sul (15.6%). Entre as regiões com menor proporção de população idosa estão as regiões Alto Uruguai (9,5%) e Noroeste (9,5%).

2.2 TRABALHO INFANTIL

A utilização da mão-de-obra infantil, contrariando a legislação brasileira que desaprova o trabalho de crianças com menos de 14 anos, tanto no meio urbano como no meio rural, está associada muito de perto à renda familiar. No meio rural, entre os produtores familiares, as crianças trabalham desde uma idade precoce. Quase sempre o trabalho das crianças ocorre dentro do contexto da produção familiar, em que tanto o trabalho como o consumo são assumi-

---

[5] A pesquisa da Emater consistiu num levantamento de dados realizado entre março de 1991 e maio de 1992, com base numa amostra de 3.584 estabelecimentos agropecuários do Rio Grande do Sul. Num primeiro momento, foram selecionados alguns municípios-tipo representantes das 9 microregiões administrativas da EMATER/RS. Após, foi feita a seleção de uma amostra probabilística e randômica metrificada dos estabelecimentos agropecuários dos municípios selecionados. As 9 regiões, os respectivos municípios selecionados e o número de estabelecimentos incluídos na amostra são os seguintes: 1) Campanha - Alegrete, São Gabriel, Santana da Boa Vista (280 estabelecimentos); 2) Serra - Farroupilha, Lagoa Vermelha, Nova Petrópolis, Nova Prata, André da Rocha, Caseiros, Guabiju (311 estabelecimentos); 3) Vale do Taquari - Barros Cassal, Encantado, Estrela, Guaporé, Montenegro, Venâncio Aires, Teutônia, Dois Lajeados, Harmonia, Imigrante, Relvado (600 estabelecimentos); 4) Planalto - Carazinho, Frederico Westphalen, Sarandi, Tapera (260 estabelecimentos); 5) Zona Sul - Arroio Grande, Pelotas, Piratini, Rio Grande, Capão do Leão, Morro Redondo (411 estabelecimentos); 6) Metropolitana - Barra do Ribeiro, Butiá, Gravataí, Mostardas, Rolante, Santo Antonio da Patrulha, Tavares, Glorinha, Três Cachoeiras (485 estabelecimentos); 7) Depressão Central - Cruz Alta, Restinga Seca, Santiago, São Pedro do Sul, Sobradinho (467 estabelecimentos); 8) Noroeste - Campina das Missões, Crissiumal, Panambi, Santo Augusto, São Luis Gonzada, Tuparendi (470 estabelecimentos); 9) Alto Uruguai - Aratiba, Campinas do Sul, Getúlio Vargas, Machadinho, Erebango, Estação, Ipiranga do Sul (300 estabelecimentos).
Por seu tamanho, a amostra parece ser boa em termos de representatividade. É preciso levar em conta, porém, que os municípios-tipo são representativos das regiões administrativas da EMATER/RS e que as informações referentes a alguns municípios selecionados só podem ser generalizadas após um exame cuidadoso. Destaca-se que as nove regiões administrativas da EMATER/RS não se baseiam, necessáriamente, em indicadores sócio-econômicos e não correspondem completamente às sete regiões utilizadas pelo IBGE. Além disso, por ter sido utilizada uma amostra aleatória não estratificada, há uma tendência de sub-representatividade dos estabelecimentos agropecuários maiores.

dos coletivamente: todos participam do trabalho, na medida de sua possibilidades, e do consumo, na medida de suas necessidades. As crianças acompanham os pais nas tarefas da casa, da lavoura e do cuidado dos animais e às vezes substituem os adultos - como as meninas que fazem o trabalho doméstico e cuidam dos irmãos menores - para liberá-los para o exercício de tarefas mais pesadas.

Ao exercerem suas atividades, menores e adultos enfrentam problemas semelhantes, como o excesso de sol, a chuva, os insetos, o excesso de peso, a má postura, os acidentes de trabalho. Além disso, o trabalho precoce afeta a escolarização, provocando a repetência e levando muitas crianças a abandonar a escola também precocemente.

O Rio Grande do Sul é um dos estados que se destaca no contexto nacional em termos de utilização do trabalho infantil, principalmente devido à importância assumida pela produção familiar agrícola no Estado e o costumeiro emprego de crianças e jovens em suas atividades.

De acordo com os dados da PNAD (IBGE, 1993), um expressivo contingente de 523.703 menores de 10 a 17 anos encontrava-se inserido no mercado de trabalho no ano de 1993. Considerando-se o total de menores nesta faixa etária, o resultado é uma taxa de atividade de 36,2%, o que significa que mais de um em cada três menores nesta faixa etária é economicamente ativo. Esses menores representam 10% do total da força de trabalho do Rio Grande do Sul. No meio rural, a taxa de atividade dos menores entre 10 e 17 anos é de 67,1% (e de 83,5% entre os jovens de 15 a 17 anos). Eles representam 13,8% da força de trabalho do setor.

Na maioria dos casos, a atividade dos menores no meio rural é exercida no estabelecimento familiar e suas tarefas não são remuneradas. Ocorre que a renda familiar geralmente não é dividida entre os membros da família e cabe a seu chefe a responsabilidade pela venda da produção e pelas decisões sobre as despesas a serem efetuadas.

Um dos fatores condicionantes do trabalho infantil é a pobreza, uma vez que quanto mais pobres são as famílias, maior é a taxa de atividade dos menores. Assim, considerando os setores rural e urbano, a taxa de atividade das crianças de 10 a 14 anos, entre os mais pobres em 1987, era quase 5 vezes superior à dos mais abastados, sendo 3 vezes maior no grupo dos adolescentes (IBGE, 1987).

A utilização do trabalho infantil também está associada aos sistemas de produção adotados e à tecnologia utilizada. Infelizmente, os dados disponíveis não permitem constatar em que sistemas de produção ou em que tipos de uso de tecnologia ele é mais freqüente, embora se possa suspeitar que no cultivo de alguns produtos, como o fumo, em cuja produção utilizam-se maiores quantidades de agrotóxico, os riscos à saúde dos trabalhadores sejam maiores. Pode-se também supor que o número de dias em que as crianças trabalham seja maior nos estabelecimentos que praticam uma agricultura diversificada, pois suas atividades de cultivo e colheita distribuem-se durante todo o ano. Contrariamente, nos estabelecimentos que mantêm uma

agricultura especializada, como a cultura do arroz, por exemplo, o trabalho é intenso durante alguns meses do ano, envolvendo todos os membros da família nesse período, sendo facilmente executado pelos adultos durante os demais meses.

À medida em que existem escolas nas proximidades dos estabelecimentos rurais e o transporte torna-se disponível, um número maior de crianças - principalmente as menores de 14 anos - freqüenta a escola por um período maior, conciliando o estudo e o trabalho no estabelecimento familiar.

Nesse sentido, o Rio Grande do Sul situa-se entre os estados brasileiros com melhores índices de alfabetização tanto da população urbana como da população rural. De acordo com os dados da PNAD 1995, 32,4% das crianças do meio rural com idade entre 5 e 7 anos, 93,4% das crianças de 8 e 9 anos e 97,8% das crianças de 10 a 14 anos são alfabetizadas. Houve um pequeno progresso entre 1990 e 1995, pois a proporção de crianças entre 10 e 14 alfabetizadas, em 1990, era de 96,8%.

A pesquisa realizada por Rosemberg (1994) indica que o analfabetismo - que atinge mais de 18% da população brasileira de 10 anos ou mais - é uma conseqüência principalmente do nível de renda. Os índices de analfabetismo são piores nas regiões que concentram um maior número de pobres e de escolas mais pobres, que contam com professoras menos qualificadas. Eles atingem principalmente a população pobre, negra, residente na zona rural e vivendo no Nordeste do País (Rosemberg, 1994: 5-7).

De acordo com o levantamento da Emater, que considerou o trabalho de crianças entre 7 e 14 anos, 86,1% dos meninos e 84,4% das meninas do meio rural gaúcho, nesta faixa etária, trabalham. Entre as crianças entre 7 e 14 anos que trabalham, 48,6% dos meninos e 51,0% das meninas trabalham em tempo integral, 42,2% dos meninos e 39,1% das meninas trabalham em tempo parcial e 9,2% dos meninos e das meninas trabalham fora do estabelecimento familiar. A utilização do trabalho infantil também varia por região. Em algumas regiões, como na região Noroeste, as crianças do sexo masculino representam cerca de metade da mão-de-obra masculina com trabalho em tempo parcial na agricultura. Na região Planalto, o trabalho infantil é ainda mais significativo, pois os meninos com idade entre 7 e 14 anos representam 61% da força de trabalho masculina ocupada em tempo parcial e as meninas nesta faixa etária representam 44,4% da força de trabalho feminina ocupada em tempo parcial.

É interessante chamar a atenção para o fato de que, de um modo geral, no Estado, a utilização da mão-de-obra infantil (de 7 a 14 anos) masculina, raramente ultrapassa 10% da força de trabalho masculina ocupada em tempo integral (o que ocorre apenas no Vale do Taquari e Depressão Central). No que diz respeito ao trabalho de meninas, entre 7 e 14 anos, sua participação é relativamente maior do que a dos meninos, chegando a representar 10,8% da força de trabalho feminina em tempo integral no Vale do Taquari, 13,2% na Depressão Central e 11,4% na Zona Sul. O envolvimento de crianças de ambos os sexos no trabalho agrícola dá-se predominantemente através de trabalho em tempo parcial, executado no pró-

prio estabelecimento familiar. Na região Metropolitana, crianças de 7 a 14 anos representam 35% da força de trabalho e 45% da mão-de-obra feminina em tempo parcial; e na região Noroeste representam 52,2% da força de trabalho masculina e 44,2% da força de trabalho feminina com trabalho em tempo parcial.

O mesmo levantamento da Emater permitiu salientar alguns municípios onde o índice de participação de crianças na força de trabalho é mais elevado. Este índice foi mais elevado em Machadinho (22,7%), seguido por Crissiumal (18,0%), Tuparendi (16,9%), Sobradinho (16,6%), Campina das Missões (15,6%), Frederico Westphalen (15,2%) e Barros Cassal (15,2%). Com exceção de Sobradinho, os municípios com índice mais elevado de utilização de mão-de-obra infantil situam-se no norte do Rio Grande do Sul., havendo uma relativa coincidência entre estruturas etárias jovens e maior importância do trabalho infantil, o que caracteriza os municípios de Machadinho, Sobradinho, Frederico Westphalen e Barros Cassal.

É possível destacar também alguns municípios onde há uma participação proporcionalmente maior de idosos na força de trabalho, nos quais também se registra uma maior proporção de idosos no conjunto da população. Entre estes estão Restinga Seca (14,7%), Santana da Boa Vista (13,65%) e Lagoa Vermelha (11,8%), representativos de três regiões distintas do Estado: Depressão Central, Campanha e Serra.

Como o levantamento realizado pela Emater considerou amostras dos estabelecimentos em apenas alguns municípios-tipo selecionados, não é possível nominar todos os municípios do Estado que se caracterizam por índices mais elevados de trabalho infantil ou de idosos. Ao mesmo tempo, a relação estabelecida entre proporção de crianças no conjunto da população rural e utilização do trabalho infantil, de um lado, e entre proporção de idosos no conjunto da população rural e participação de idosos na composição da força de trabalho, de outro, permitem estabelecer uma relação entre idade e trabalho. Na verdade, estes dados mostram que a produção familiar na agricultura utiliza praticamente toda a mão-de-obra disponível, seja de adultos, crianças ou idosos.

2.3 APOSENTADORIAS RURAIS

O tema "aposentadoria rural" mereceu um destaque especial neste texto, devido à importância que assumiu durante a década de 90, no Brasil, e por suas implicações sobre a pobreza rural. De fato, este foi o principal instrumento de combate à fome e à miséria no meio rural já adotado no País, e representa ao mesmo tempo um significativo processo de distribuição de renda.

A Constituição de 1988 incluiu um novo estatuto de seguridade social rural, aumentando o valor das aposentadorias de 0,5 para 1,0 salário mínimo, reduzindo a idade de aposentadoria dos trabalhadores rurais (55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens) e possibilitando a aposentadoria simultânea do casal (Delgado, 1995). Como conseqüência, ocorreu um notável aumento do número de aposentadorias rurais, que passou de 2.373.700 em 1991 para

4.263.900 em 1995. O número total de beneficiários rurais (que inclui aposentadorias, pensões e rendas mensais vitalícias) também teve um aumento de mais de 50% neste período, passando de 4.080.400 em 1991 para 6.361.800 em 1995 (Delgado, 1997).

O exame dos dados referentes à aposentadoria rural indicam, de um lado, a existência de um maior número de aposentados rurais do que aposentados urbanos por idade, apesar da menor proporção da população rural na população total; de outro lado, a elevada margem de cobertura do sistema de seguridade social, uma vez que existe uma certa proximidade entre o contingente total de aposentados por idade e o número total de pessoas em idade de aposentadoria na população rural - cerca de 3,5 milhões de pessoas, segundo os dados do Censo Demográfico (Delgado, 1995).

De acordo com Delgado (1995), o programa de seguridade social rural "representa hoje o principal instrumento de combate à fome e à miséria no meio rural. A elevação do gasto na Previdência Social Rural de cerca de US$ 1,8 bilhão em 1988, para algo em torno de US$ 4,0 bilhões atualmente, e a correspondente incidência social focalizada deste gasto é algo inteiramente inédito em termos de seguridade rural contemporânea: representa uma fonte de subsistência apreciável para famílias rurais e residentes micro-urbanos, cuja sobrevivência sócio-econômica estaria fortemente comprometida, a depender do desempenho específico da política agrícola no período" (Delgado, 1995: 222).

O projeto de Avaliação Sócio-Econômica da Previdência Rural - 1991/1995, sob a coordenação de Guilherme C. Delgado propôs-se a testar as hipóteses de que: 1) os benefícios da Previdência Rural atingem preferencialmente as populações de pequenos municípios, relativamente àqueles municípios de médio e grande porte, evidenciando relação inversa entre tamanho de município e concentração de benefícios previdenciários; 2) o grau de acesso ao sistema, medido pela proporção da população atingida sobre a população elegível eleva-se de maneira relevante a partir de 1992 e atinge em maior proporção as regiões e municípios relativamente mais pobres; 3) a renda monetária das famílias com acesso aos benefícios permanentes do sistema muda significativamente de patamar após a reforma previdenciária instituída pela Constituição de 1988, e melhoram as condições de bem-estar dos segurados. O trabalho conclui que "a corroboração empírica das hipóteses testadas (...) revela uma série de resultados sociais e econômicos de melhoria da eqüidade, decorrentes da aplicação dos dispositivos constitucionais universalizantes". Traduz-se, ainda, em discriminação positiva em termos de renda regional, proteção preferencial às mulheres e seguro de renda mínima para idosos e inválidos. Apóia favoravelmente as opções de residência dos segurados em espaços rurais e micro-urbanos, inibindo aparentemente a migração para os grandes centros urbanos"(Delgado, 1997: 6).

A análise da distribuição regional dos benefícios da Previdência Rural revela a existência de diferenças entre as regiões brasileiras em termos de impactos demográfico e econômico. Em 1991, quando as mudanças constitucionais relativas à seguridade social referente ao meio rural ainda não haviam sido regulamentadas, a macrorregião Nordeste era destacadamente o

espaço sócio-econômico de maior cobertura demográfica, com cerca de 4,4% de sua população total atendida pelos benefícios das aposentadorias e pensões rurais e cerca de 33,7% da população total de anciãos elegíveis àquela data, atendidos pelos benefícios por idade do sistema. No caso da região Sul, a proporção da população total atendida pelos benefícios das aposentadorias e pensões rurais era de 3,0%, enquanto que apenas 17,7% da população total de idosos elegíveis eram beneficiados pelo sistema. O número de benefícios cresceu bastante a partir de 1991, podendo-se dizer que "os dados agregados traduzem situações sociais destacáveis em três níveis de mudança: 1) ao diminuir o limite de idade para aquisição de direitos, a nova demanda social represada se expressa rapidamente sobre o sistema; 2) esta demanda contém um componente de direitos femininos mais expressivo (quantitativamente) que o correspondente masculino; 3) as diferenciações regionais, notadamente no Norte e Nordeste e também no Sul participam com proporções e incrementos mais favoráveis que o verificado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste nesse movimento de ampliação da cobertura previdenciária" (Delgado, 1997: 11). Em 1994, a população atingida pelos benefícios da Previdência Rural era de 4,4% na região Norte, 6,6% na região Nordeste, 2,2% na região Sudeste, 5,0% na região Sul e 3,6% na região Centro-Oeste (Delgado, 1997: tab.3, p.12). No Rio Grande do Sul, a participação da população beneficiária da Previdência Social Rural no total da população do Estado era de 4,7%, em 1994 (Delgado, 1997: tab.6, p.17). A relação de benefícios por idade em relação à população rural e urbana em idade de desfrute de direitos era de 30,7% no Rio Grande do Sul, neste mesmo ano, comparativamente a 51,0% no Amazonas, 79,4% no Piauí 44,5% em Pernambuco (numa média de 66,7% na região Norte e 56,8% na região Nordeste) e 5,3% no Rio de Janeiro (numa média de 14,8% na região Sudeste).

A localização demográfica dos beneficiários da previdência social rural revela que, em quase todos os estados nordestinos (com exceção de Pernambuco, Ceará e Maranhão), a maioria reside em municípios com menos de 25 mil habitantes. É este também o caso do Rio Grande do Sul, onde 55,2% dos beneficiários reside em municípios com menos de 25 mil habitantes e 73,0% em municípios com menos de 50 mil habitantes (Delgado, 1977: 17 e 19). O oposto ocorre no Rio de Janeiro, que possui uma das maiores áreas metropolitanas do País, onde a maior parte dos beneficiários (81,0%) reside em municípios com população total acima de 25 mil habitantes.

Como indica Delgado, entre 1991 e 1994 a renda dos inativos rurais (RIR), no Brasil, cresceu cerca de 265% impulsionada pelo acréscimo de 56,73% no número de benefícios concedidos e de cerca de 134,5% no seu valor unitário. No período 91/93 a renda rural cresceu apenas 22,1% e a renda domiciliar total cresce 27,7% no triênio 1991/94" (Delgado, 1997: 27). Esses resultados são ainda mais significativos quando se examina a distribuição regional.

O Nordeste, por exemplo, constitui a macro-região mais fortemente atingida pelo sistema previdenciário. O percentual de participação da renda dos inativos na renda rural regional, em 1991, situava-se entre 20 e 25%, passando para cerca de 50% em 1993. Este dado mostra o impacto do sistema na região, cujos estados (com exceção do Maranhão, que tinha uma

renda média mensal de 175 dólares) contavam com uma renda média rural inferior a 150 dólares mensais (Delgado, 1997: 27). O Rio Grande do Sul situa-se no conjunto de estados (Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Distrito Federal) com renda rural mensal por domicílio acima de 250 dólares e uma proporção da renda dos inativos na renda rural entre 10 e 20% (Delgado, 1997: 28). De acordo com as fontes utilizadas por Delgado, a renda média domiciliar rural, no Rio Grande do Sul, passou de 245 dólares mensais, em 1991, para 404,2 dólares mensais em 1993 (Delgado, 1997: tab. 12, p.29).

O sistema previdenciário rural é nitidamente deficitário e em grande parte sustentado pelos recursos oriundos das empresas (na maioria urbanas). Com isso, verifica-se que a renda rural "se origina de mecanismos de captação e de redistribuição interregional e intersetorial dos estados mais ricos para os mais pobres, bem como de setores urbanos para os setores rurais" (Delgado, 1997: 30). Ao mesmo tempo, consiste num auxílio indireto à unidade de produção familiar e um importante mecanismo de sua sustentação social, algo que em outros países se realiza no âmbito da política agrícola (tal como na política agrícola comum da Comunidade Européia) (Delgado, 1995: 222).

Tendo em vista que, ao serem regulamentadas as mudanças na aposentadoria rural aprovadas pela Constituição de 1988, havia uma demanda represada e que atualmente já estão aposentadas praticamente todas as pessoas com idade de aposentadoria, pode-se prever que, durante os próximos anos, haja um crescimento menor no número de aposentadorias concedidas, equivalente ao crescimento vegetativo da população. Caso haja mudanças na legislação, tal como o aumento da idade de aposentadoria, este crescimento poderá ser ainda menor.

2.4 NOVAS FORMAS DE OCUPAÇÃO E EMPREGO NO MEIO RURAL

Contrastando com os efeitos das transformações sociais e econômicas que ocorrem no norte e na metade-sul do Estado do Rio Grande Sul, as regiões de colonização mais antiga sustentam um dinamismo que provém, ao mesmo tempo, das mudanças ocorridas no tradicional sistema produtivo colonial e dos processos de industrialização. Trata-se de uma articulação, ao que parece bem sucedida de geração de novas formas de ocupação e emprego não-agrícola em áreas rurais.

A partir de meados da década de 70, os sistemas produtivos adotados pelos agricultores da Colônia Velha entraram em crise. A pressão demográfica exercida sobre as pequenas propriedades, decorrente do esgotamento da fronteira agrícola, aliada à posição desfavorável dos colonos em relação aos agentes mercantis, acabou comprometendo suas condições de reprodução e obrigando-os à buscar alternativas de sobrevivência. Em contrapartida a esta situação de crise da agricultura, inicia-se na região, neste mesmo período, um vertiginoso

processo de industrialização que, em pouco tempo, se tornaria a principal alternativa de emprego para as famílias de colonos da região.

Este processo se intensificou na segunda metade dos anos 80, quando as fábricas de sapatos passaram a descentralizar seus processos produtivos e a interiorizar suas plantas industriais. A articulação das empresas de calçados com a agricultura familiar acabou estimulando a difusão do processo de industrialização em áreas rurais. Esta estratégia levou as fábricas a flexibilizar a gestão da produção nas plantas centrais e optar pela interiorização estabelecendo unidades produtivas em zonas rurais e áreas *peri-urbanas*, onde passaram a assalariar os membros das famílias rurais especialmente os mais jovens.

Como não dispomos de informações para precisar a extensão quantitativa do fenômeno no Estado, nos restringimos a apresentar o que ocorre nas micro-regiões do Vale do Sinos, da Encosta da Serra e do Vale do Caí e a apresentar alguns dados sobre a emergência dos trabalhos não-agrícolas em áreas rurais no Brasil. Nas áreas de colonização alemão do Rio Grande do Sul cresceu o número de unidades agrícolas onde alguns membros do núcleo familiar têm como ocupação econômica principal algum tipo de atividade remunerada fora da propriedade, a partir da década de 1980. Enquanto uma parte da família dedica-se à produção de alimentos para subsistência os demais integrantes se empregam nas indústrias de calçados e outras atividades não-agrícolas fora da propriedade (Schneider, 1994).

Nos países desenvolvidos, este fenômeno vêm sendo denominado de *pluriatividade* ou *agricultura em tempo-parcial*, como referência às unidades agrícolas que possuem mais de uma forma de rendimento econômico ou diferentes tipos de inserção no mercado de trabalho[6]. No Brasil, esta temática vem despertando o interesse de vários estudiosos sendo, inclusive, apontada por alguns autores como a face do "novo rural brasileiro" (Graziano da Silva, 1996). Segundo dados das PNADs de 1981, 1986 e 1990, é possível verificar um crescimento muito maior da PEA rural em relação a PEA agrícola, especialmente no final dos anos 80, conforme indica a Tabela 16 abaixo:

TABELA 16
PEA RURAL E PEA AGRÍCOLA OCUPADA: BRASIL 1981, 1986 E 1990

	PEA (1000 pessoas)			Taxa de crescimento (%aa)		
	1981	1986	1990	1981/96	1986/90	1981/90
Urbana	33.553	41.552	47.656	4.3	3.4	3.9
Rural	13.936	15.264	16.812	1.8	2.4	2.1
Agrícola	13.300	14.331	14.181	1.5	-0.3	0.7
Não-agrícolas	32.165	41.105	47.920	5.0	3.9	4.5
Desocupados	2.023	1.380	2.367	-7.4	14.4	1.8
TOTAL	47.489	56.816	64.468	3.7	3.2	3.5

FONTE: - GRAZIANO DA SILVA, J (s/d) **O Novo rural brasileiro**. Campinas. Mimeo, p. 8.

[6] Esta situação tem sido descrita pelos estudiosos da agricultura nos países desenvolvidos como "*part-time farming*" ou "*pluriactivité*". Como não é possível aprofundar o tema, remetemos o leitor à bibliografia específica: Fuller (1984); A.R.F (1984); e Schneider (1994).

A Tabela 17 indica as taxas de crescimento da PEA rural segundo os principais ramos de atividades do Brasil e das grandes regiões. Com exceção do comportamento do ramo da construção civil no Nordeste, todas as demais taxas de crescimento das pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas são positivas e bastante superiores às taxas de crescimento da ocupação em atividades agropecuárias de suas respectivas regiões[7].

TABELA 17
TAXAS DE CRESCIMENTO (%AA) DA PEA RURAL SEGUNDO OS PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE: BRASIL E GRANDES REGIÕES 1981/90.

Atividade	CO	NE	SE	SU	BR
Agrícola	2.2	1.8	-0.3	-0.6	0.7
Ind. Transform.	10.3	6.9	7.7	4.4	6.7
Ind. Constr.	13.0	-10.6	9.5	3.5	-3.5
Outras indústrias	11.2	2.5	2.7	1.8	3.2
Comércio	14.0	7.5	9.2	6.3	8.2
Serv.Pessoais	12.8	8.1	9.8	9.3	9.4
Serv.Auxiliar	3.8	11.4	7.7	1.0	6.8
Transp/comum	18.1	6.0	9.7	7.6	8.3
Social	12.4	8.8	9.2	3.1	7.9
Adm. Pùblica	11.3	11.7	9.8	9.8	10.7
Outras n-agro	3.2	1.0	8.6	6.3	5.5
Desemprego	7.8	1.0	4.1	10.7	4.1
TOTAL	5.0	2.2	2.5	0.8	2.1

FONTE: GRAZIANO DA SILVA, J (s/d) **O Novo rural brasileiro**, Campinas. Mimeo, p. 10.

No Rio Grande do Sul, na região da Colônia Velha alemã, à semelhança do que está ocorrendo em determinadas áreas rurais do Brasil e de boa parte do mundo rural das nações capitalistas avançadas, vem crescendo o número de famílias de agricultores familiares que possuem múltiplas fontes de renda. Esta situação é particulamente evidente no que se refere ao aparecimento dos "*colonos-operários*". Os colonos-operários são membros das famílias de agricultores (também chamadas de "*colonos*") que mantêm sua residência na propriedade rural mas trabalham em atividades não-agrícolas.

Estas características estão a indicar que o emprego dos colonos em atividades extra-agrícolas não representa um processo de proletarização *strictu sensu*. Neste caso, a industrialização não chegou a provocar o abandono do meio rural e o êxodo da população para as cidades. Na região da Colônia Velha alemã as indústrias de calçados passaram a dispor de meios de transporte (ônibus) para locomover, diariamente, seus empregados do local de moradia até a fábrica. Quando os colonos não se deslocam até as fábricas são as empresas que interiorizam fases do processo de produção industrial para o meio rural.

[7] Estas informações constam no trabalho de Graziano (s/d) e deverão ser ampliadas para a década de 1990 e regionalizadas para alguns estados brasileiros no escopo de um projeto coordenado pelo Professor da UNICAMP e integrado pelo autor deste relatório, responsável pelos dados do Rio Grande do Sul.

A pluriatividade poderá inverter o papel que historicamente desempenharam as atividades extra-agrícolas em sociedades camponesas: o de ser um rendimento complementar ou esporádico. O que antes eram atividades temporárias, exercidas em períodos de pouca demanda de trabalho na unidade produtiva, agora parece assumir um caráter estável e decisivo à manutenção da família e da propriedade.

2.5 MIGRAÇÕES: UMA ESTRATÉGIA PARA ESCAPAR DA POBREZA RURAL?

Uma das conseqüências sociais mais evidentes do processo de transformação da base tecnológica da agricultura brasileira é o êxodo rural. Para alguns estudiosos, a decisão de alterar o perfil da ocupação territorial da população brasileira foi tomada ainda na primeira metade do século XX, a partir do momento em que o País optou pela industrialização (através do processo denominado de substituição de importações) como base de sua economia nacional. A partir deste momento, entendiam alguns, as preocupações deveriam se ocupar em resolver a equação de como gerar excedentes agrícolas e, ao mesmo tempo, promover o deslocamento da população do campo-cidade, uma vez que as indústrias fatalmente demandariam mais força de trabalho do que aquela que habitava nas cidades brasileiras até meados da década de 1950.

A partir da década de 1970, o governo inicia efetivamente um programa de apoio à modernização do campo, cujos traços gerais já apresentamos na primeira parte deste relatório. A partir deste período, a agricultura brasileira ingressou em uma fase de progresso tecnológico nunca antes experimentado, que levou milhares de pessoas a trocar a vida no campo pelo emprego industrial na cidade. No Rio Grande do Sul o processo de urbanização inicia-se na década de 1960, quando registra-se um taxa de crescimento da população urbana de 5,57% ao ano, passando para 3,80% em 1970 e para 3,98% na década de 1980 conforme indica a Tabela 18. Este crescimento parece ser diretamente proporcional à redução da população rural no período, que nos anos 80 chega a uma taxa negativa de 2,08% ao ano.

TABELA 18
INDICADORES REPRESENTATIVOS DO PERFIL DE URBANIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL - 1950-1980

Indicadores	1950	1960	1970	1980
Taxa geométrica de crescimento da população total (a a)	-	2.72	2.04	1.55
Taxa geométrica de crescimento da população rural (a a)	-	0.91	0.36	-2.08
Taxa geométrica de crescimento da população urbana (a a)	-	5.57	3.80	3.98
Grau de urbanização (1)	34.14	44.89	53.31	67.55
Índice de urbanização (2)	17.69	28.00	37.99	51.34
Índice tradicional de primazia (3)	14.30	18.28	20.96	24.13
Índice primazia/população urbana	41.89	40.73	39.32	35.71
Cidade principal/população urbana	26.37	25.25	24.48	21.23

FONTE: FEE (1978) **25 Anos de Economia Gaúcha. A gricultura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Volume 1, p. 139.
1) Grau de urbanização: população urbana/população total x 100
2) Índice de urbanização: população de cidades com mais de 20 mil hab./população total x 100.
3) Índice tradicional de primazia: população das cinco maiores cidades/população toatl x 100.

A Tabela 19 apresenta um refinamento dos dados acerca do grau de urbanização da sociedade gaúcha e mostra que foram exatamente os municípios concentrados na região Metropolitana de Porto Alegre e no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul que tiveram taxas de crescimento da população urbana acima da média (com variação de 3,55% a.a. a 4,39% a.a.) do Estado no período 1980-87, que foi de 1,77% a.a.

TABELA 19
MUNICÍPIOS COM TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA SUPERIOR À MÉDIA DO RIO GRANDE DO SUL - 1980-87.

Municípios	Tx. Geométrica (% a a)	Municípios	Tx. Geométrica (% a a)
Barra do Ribeiro	5.00	Palmares do Sul	2.28
Fortão	4.43	Passo Fundo	2.27
Gravataí	4.39	Feliz	2.25
Guaíba	4.20	Tapera	2.25
Sapiranga	4.05	Nova Petrópolis	2.23
Estância Velha	3.82	Ijuí	2.14
Viamão	3.78	Panambi	2.14
Campo Bom	3.69	Não-me-Toque	2.12
São Leopoldo	3.66	Ivoti	2.11
Esteio	3.58	São Sebastião do Caí	2.03
Cachoeirinha	3.56	Bom Princípio	2.01
Sapucaia do Sul	3.55	Parobé	2.01
Alvorada	3.55	Montenegro	1.97
Caxias do Sul	3.13	Porto Alegre	1.95
Torres	3.13	Dois Irmãos	1.92
Novo Hamburgo	3.05	Três Coroas	1.91
Ajuricaba	2.62	Rio Grande	1.90
Condor	2.59	Gramado	187
Chiapeta	2.56	Igrejinha	1.87
Osório	2.53	Taquara	1.84
Capão da Canoa	2.53	Bento Gonçalves	1.81
Canoas	2.46	São Marcos	1.79
Pejuçara	2.44		

FEE (1978) **25 Anos de Economia Gaúcha. A agricultura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Volume 1, p. 156.
NOTA: A taxa de crescimento da população do RS, no período 1980-87, foi de 1.7%aa.

Na década de 1980 o perfil demográfico da população rural do Rio Grande do Sul alterou-se significativamente. A Tabela 20 revela um desempenho demográfico associado ao processo de desenvolvimento econômico do Estado. Enquanto que a população urbana das sub-regiões 4a, 4b e 6a, urbanizadas e industrializadas, cresce (3,28%, 3,21% e 5,40% respectivamente) a taxas superiores à média urbana do Estado, a população rural diminui nas regiões 7 (a,b,c) e sub-regiões 10b e 12a, caracterizadas por concentrar terras menos produtivas e pequenas propriedades no primeiro caso e por dedicar-se a atividades menos rentáveis no segundo (pecuária extensiva nas sub-regiões 10b e 12a). De modo geral, observa-se que as taxas mais altas de crescimento negativo da população rural estão situadas nas áreas de maior concentração da pobreza rural como as sub-regiões 7a e 12a.

Em conjunto, nos municípios onde se situa a pobreza rural no Estado, as regiões e sub-regiões da Metade-Sul [9 e 11, 2b, 10 (a e b) e 12 (a e b)] do Norte do Estado [7 (a,b,c) e 5a] bem como os da Depressão Central [1 (c, b)] tiveram um decréscimo de 269.755 habitantes entre 1980 e 1991, o que representa cerca de 70% das perdas ocorridas na população rural do Estado.

2.6 ASSENTAMENTOS: A REFORMA AGRÁRIA COMO CAMINHO DE RETORNO AO CAMPO

Apesar da eloquência dos dados sobre o processo de migração campo-cidade, de que foi palco o mundo rural gaúcho desde meados dos anos 70, a história agrária do Estado não estaria completa sem que fossem mencionados os assentamentos rurais decorrentes das pressões dos agricultores sobre os governos. Estes assentamentos também expressam uma face das transformações sócio-econômicas que relatamos na seção anterior. Eles são uma conseqüência das mudanças estruturais que afetaram a agricultura sul-riograndese nas duas últimas décadas.

Os estudos sobre a localização e quantificação de famílias assentadas no Rio Grande do Sul são insuficientes e permitem apenas aproximações parciais. Em relação ao Brasil, é sintomático registrar que, entre os anos 1985 e 1993, o Estado possui uma das maiores proporções de novos assentamentos (8,6% sobre o Brasil) embora esteja situado entre os de menores representatividade em termos de número de famílias contempladas, com apenas 3% sobre o total e, principalmente, quanto à área destinada a estes assentamentos, que foi de apenas 1,3% do total da área alocada em nível nacional (excluídos os projetos de colonização e regularização de terras de posse)[8]. Isto significa que os assentamentos gaúchos dispõem de áreas menores com maior concentração de famílias, o que resulta em uma forte pressão econômica e produtiva sobre a terra.

Segundo Navarro (1994), a história dos assentamentos no Rio Grande do Sul pode ser identificada a partir de três fases. A primeira, que compreende o período entre 1978 e 1985, caracteriza-se pela retomada da luta pela terra no Estado, estimulada pelo contexto político nacional mais favorável, face à distenção do regime militar imposto desde 1964. Neste período os efeitos da modernização tecnológica e do fechamento da fronteira agrícola no Estado se traduzem em restrição do emprego agrícola, êxodo rural e ameaça crescente à reprodução familiar dos pequenos agricultores, gerando a insatisfação e o protesto dos excluídos. Com o apoio da Igreja, os agricultores se organizaram em movimento social (MST) que passa a defender a redistribuição fundiária. Neste primeira fase, os assentamentos respondem, quase sempre, às intensas pressões sociais, como é o caso do episódio de Encruzilhda do Natalino, em 1981/82. Nesta fase foram implementados 12 assentamentos, beneficiando 563 famílias

[8] Para maiores informações consultar o trabalho de Navarro (1994) e FAO/INCRA (1992).

em uma área de 8.491 hectares com um total de 82,2% dos assentados usufruindo em média 15 hectares. Em relação ao período 1978-92 esta primeira fase responde por 14,9% do total de área concedida ao assentamentos, assegurando a ocupação de 19,7% em relação ao total de famílias.

A segunda fase corresponde aos anos 1985 até 1989 e, segundo Navarro (op.cit.) são dois os fatores que a caracterizam. De um lado, a formação do primeiro governo civil depois da ditadura militar (governo Sarney) e a reorganização das forças sociais do campo, o que levou à proposição do ambicioso PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) que, embora jamais cumprido, precipitou a entrada do governo federal na questão fundiária nacional e gaúcha de modo específico. De outro lado, este período concretiza a emergência do MST como principal movimento social organizado de luta pela terra. Neste período a maior parte dos assentamentos no Estado foi de responsabilidade do Governo Federal, surgindo 21 novos assentamentos, contemplando 1.183 famílias, com a área total quase triplicando em relação ao período anterior alcançando 24.734 hectares e com a área média por família elevando-se para 20,9 hectares. Os assentamentos desta fase respondem pelo total de 43,3% da área e 41,4% das famílias beneficiadas ao longo do período 1978-92. Estes números representam cerca de 40% dos assentamentos ocorridos no Rio Grande do Sul durante os 15 anos analisados no estudo de Navarro (op.cit. p.08).

A terceira e última fase de formação dos assentamentos rurais no Estado refere-se aos anos finais da década de 80 e início da presente, 1989 até 1992. Nesta fase destacam-se dois aspectos: a virtual retirada do Governo Federal e a assunção do Governo Estadual da questão fundiária. O primeiro aspecto têm a ver com o insucesso do PNRA e os dispositivos legais de proteção à propriedade privada da terra introduzidos na Constituinte de 1988. Em relação ao segundo, pode-se afirmar que o redirecionamento das pressões dos agricultores fez com que o Poder Público Estadual fosse compelido a atuar na redistribuição fundiária, especialmente através da cedência de terras públicas. No período de 1988 até 1992, duas administrações estaduais implementaram 45 novos assentamentos, beneficiando 1.183 famílias ocupando uma área de 23.881 hectares. Nos primeiros anos, através dos recursos do FUNTERRA (fundo constitucional estadual destinado à compra de terras), o tamanho dos lotes por família chegou a 24,3 hectares, decaindo a partir de 1991 para apenas 13,5 hectares. Nestes anos, os governos estaduais responderam por 41,8% do total de novos assentamentos de todo período permitindo o acesso de 38,8% de famílias em relação ao período 1978/92 (Navarro, 1994, p.09).

Pelos dados expostos é possível perceber a importância quantitativa que vêm assumindo os assentamentos rurais no Estado do Rio Grande Sul. No que diz respeito à produção agrícola e à geração de empregos a experiência dos assentamentos ainda precisa ser submetida a novos estudos, indisponíveis no momento. Em razão disso, deve-se registrar igualmente que uma aproximação entre o significado social e econômico dos assentamentos à temática da pobreza rural deve ser remetida a avaliações posteriores.

3 PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS DA AGRICULTURA BRASILEIRA: 1970-1995

Para se compreender a trajetória da agricultura brasileira após a II Guerra Mundial, pode-se recorrer à análise das transformações que ocorreram na estrutura produtiva da economia nacional como um todo. A partir deste período o País inicia um longa marcha de mudanças no seu parque produtivo que passou a ser chamado de substituição de importações. Neste processo a agricultura passou a desempenhar novas funções, como garantir o abastecimento interno e a produção de matérias-primas para as indústrias emergentes.

Para atender a estas demandas, a partir da década de 60, o Estado brasileiro, conhecedor do atraso tecnológico vigente no setor bem como de seu papel no desenvolvimentismo, lança mão de um conjunto de medidas para modernizar a produção agropecuária. Do ponto de vista tecnológico, estas transformações se inseriram na chamada "revolução verde", que consistiu num dos principais instrumentos de transformação da produção agrícola mundial no pós-guerra[9]. Setores inteiros da produção agropecuária foram transformados surgindo "novas" culturas agrícolas e vegetais (soja, por exemplo) que, mediante processos de seleção e aplicação de conhecimentos técnicos e científicos, responderam pela elevação da produtividade agrícola[10].

A partir dos anos 70, conforme mostram os dados da Tabela 21 abaixo, observa-se uma rápida transformação do setor agrícola brasileiro, calcada nas seguintes características. Primeiro, através da transformação da base tecnológica mediante estímulos do Estado à mecanização e uso de modernas técnicas de plantio e colheita (de 1950 a 1980 o número de tratores aumentou 6.400%). Segundo, pela incorporação de novas variedades de plantas com a hibridização de espécies e com o aumento do consumo de insumos químicos do complexo NPK. Terceiro, a existência de demanda favorável com preços atraentes aos produtores como foi o caso da cana-de-açúcar, em virtude do PROALCOOL, e da laranja, da soja e do cacau, em razão do mercado externo. A última e mais importante característica para o processo de modernização da agricultura brasileira foi a disponibilidade de crédito agrícola, através do Sistema Nacional de Crédito Agrícola, que durante a década de 1970 foi oferecido a juros convidativos, chegando a taxas negativas em determinados períodos.

---

[9] A revolução verde constitui-se num processo de acumulação e reprodução ampliada do capitalismo na agricultura, tendo por base as formas de produção utilizadas na indústria. Este modelo de acumulação agroindustrial, baseado num determinado padrão de produção e de consumo, alcançou grande sucesso nos EUA e na Europa pós Plano Marshall. A partir de 1970, este modelo é difundido para alguns países do Terceiro Mundo, entre eles o Brasil.

[10] As principais "novidades técnicas" deste modelo de acumulação agroindustrial repousam na convergência de tecnologias mecânicas e agro-químicas e na criação e multiplicação de inovações bio-genéticas, que se iniciam com os processos de hibridização.

TABELA 21
ALGUNS INDICADORES DA EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA, 1970-85.

Indicador	1970	1975	1980	1985
Milhões há de área total	294	323	370	376
Mil tratores	166	323	545	652
Milhões há de lavoura	34	40	49	52
Nº de estabelecimentos com trator (%)	2,4	4,3	7,0	7,2
Pessoas ocupadas/trator	10,6	63	39	36
Área Lavouras/total (%)	11,6	12,3	13,5	13,9
Pastos plant/total (%)	10,1	12,3	16,6	19,2
Crédito investimento (índice)	23	100	51	19
Crédito custeio (índice)	28	100	136	95
PIB agrícola (índice)	81	100	128	126

FONTE: GRAZIANO DA SILVA, J (1992) **Uma Década Perversa: as políticas agrícolas e agrárias dos anos 80**, Instituto de Economia, Unicamp, mimeo, p. 24.

Para Delgado, o que possibilitou a convergência destes quatro aspectos e o sucesso que obtiveram em termos de modernização da estrutura agrária deve-se, fundamentalmente, a uma articulação entre o tipo de desenvolvimento urbano-industrial e os padrões de produção vigentes na agricultura desde os anos 50 (1985:35). Nas suas palavras "...a constituição de um ramo industrial a montante (meios de produção para a agricultura) e a modernização do ramo industrial a jusante (processamento de produtos agrícolas) passava, necessariamente, pela modernização de uma parcela significativa da agricultura brasileira." Ou seja, houve uma interligação entre os diversos setores econômicos que fez com que a ampliação do mercado interno ao consumo de máquinas e tratores fosse o motor da industrialização capitalista como um todo. Ao Estado coube o papel de ser o principal condutor dessa política de desenvolvimento "*articulando*", ao mesmo tempo, políticas macro-econômicas com políticas específicas para o setor rural (crédito, controle de preços, política tecnológica, etc).

Malgrado os esforços da Nação em modificar seu padrão agrícola, a década de 1980 foi pródiga em exemplos que acabaram inviabilizando o modelo adotado. Vários fatores concorreram neste sentido. Primeiro, o alto grau de dependência da matriz tecnológica quer seja em relação ao setor industrial de bens de capital, em relação às indústrias de insumos e agrotóxicos (química) e em relação ao uso de recursos energéticos não renováveis (petróleo). Segundo, o aumento da vulnerabilidade dos agricultores em relação aos mercados, ocasionando a necessidade constante de apoio do Estado para manutenção dos preços e, consequentemente das rendas. Terceiro, a dependência crescente de mecanismos de financiamento da produção tais como o crédito agrícola e outros.

Além disso, este modelo agrícola revelou-se seletivo e excludente. A maior parte do crédito agrícola para custeio e investimento foi absorvida por médios e grandes proprietários do Centro-Sul do Brasil, onde predominavam as culturas de cereais para exportação, sobretudo a soja. A Tabela 22, mostra que de 1960 até 1964 a produção per capita de feijão e mandioca vem declinando de forma significativa. Já o arroz, que vinha se mantendo estável, tam-

bém declina entre 1980-84, ao contrário dos produtos destinados à exportação, como é o caso da soja, que cresceu ininterruptamente.

TABELA 22
EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO PER CAPITA DE ALIMENTOS BÁSICOS.
BRASIL. 1960-84 (EM KG. HAB./ANO)

Periodo	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Trigo	Soja
1960-64	74,8	24,5	279,8	149,8	8,1	3,9
1964-68	79,9	27,4	314,6	141,0	8,0	6,7
1968-72	72,6	25,7	323,0	150,4	15,6	18,6
1792-76	76,1	22,0	259,0	155,0	21,2	72,6
1796-80	76,4	18,4	220,6	153,8	24,0	103,4
1980-84	70,4	18,0	182,2	163,3	17,3	115,7

FONTE: MARTINE, G & GARCIA, R.C (1987) **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola.** São Paulo, Editora Caetés, p. 82.
NOTA: Médias ponderadas.

As informações da Tabela 23 sobre o desempenho dos principais produtos agrícolas por estrato de área reforçam a idéia da seletividade e do caráter concentrador do processo de modernização.

TABELA 23
EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS BÁSICOS, SEGUNDO EXTRATOS DE ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, BRASIL, 1970-1980
(EM PERCENTAGEM DA QUANTIDADE PRODUZIDA)

	Extratos de área total (em hectares)					
	0 a 10	10 a 99	100 a 1000	1000 a 9999	10000 e mais	Total (N=100%)
ARROZ						
1970	19,5	35,3	33,9	10,7	0,6	5,271
1975	19,3	30,1	35,2	14,3	1,1	7,549
1980	13,3	23,8	38,3	21,4	3,2	1,519
FEIJÃO						
1970	32,9	50,4	14,8	1,9	0,1	1,598
1975	34,0	48,8	15,1	2,0	0,1	1,654
1980	26,9	51,7	18,7	2,6	0,1	14,589
MANDIOCA						
1970	34,5	53,6	10,7	1,2	0,1	11,673
1975	42,0	47,2	9,9	0,9	0,1	11,032
1980	37,9	49,6	11,1	1,3	0,2	11,032
MILHO						
1970	19,9	55,5	20,4	4,0	0,2	12,770
1975	18,5	53,4	23,2	4,3	0,2	14,334
1980	14,8	53,4	25,7	5,7	0,4	15,564
TRIGO						
1970	5,6	43,9	42,6	7,8	0,1	1,906
1975	2,3	41,2	47,4	9,0	0,1	1,562
1980	2,1	44,8	45,4	7,3	0,3	2,536
SOJA						
1970	14,5	55,2	25,6	4,6	0,1	1,884
1975	6,8	48,6	36,9	7,5	0,2	8,271
1980	1,0	42,2	40,9	11,8	1,1	12,598

FONTE: MARTINE, G & GARCIA, R.C (1987) **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo, Editora Caetés, p. 89.

A aceleração inflacionária e o vertiginoso crescimento do endividamento externo do Brasil, a partir do início dos anos 80, puseram fim à euforia do crédito agrícola barato, ocasionado uma crise de financiamento da produção somente vencida a partir de 1985, com a consolidação da política de preços mínimos para o setor[11]. Segundo Monteiro (1990:102), no período de 1980 à 1990 registrou-se uma queda de 31% nos preços de produtos de lavoura e de 43% nos preços dos alimentos básicos o que reduziu, evidentemente, a rentabilidade das atividades agrícolas. Ainda assim, o produto real agrícola teve, entre 1980 e 1989, um desempenho satisfatório acompanhando o crescimento vegetativo da população a uma taxa média de 3,4% a.a., provavelmente decorrente dos avanços tecnológicos ocorridas na década anterior.

Na opinião de vários analistas (Homem de Mello, 1990; Buainain & Rezende, 1995; Rezende, 1990; Dias Leite, 1990; Gasques & Vila Verde, 1990) Graziano da Silva, 1992; Hoffmann, 1995), na década de 80, as políticas salarial, monetária e cambial foram os fatores que mais afetaram o desempenho da agricultura brasileira. Este fato revela uma novidade em relação ao período anterior em que os determinantes do desempenho do setor se restringiam a aspectos que lhe eram próprios como o crédito, os preços, etc. Outra constatação consensual entre os autores é a de que nos anos 80 a agricultura brasileira sofreu dificuldades de competição nos mercados externos em razão do protecionismo dos países desenvolvidos e dos preços declinantes dos produtos agrícolas no mercado internacional (Monteiro, 1990:103).

Para os anos 90 ainda não foi possível vislumbrar alterações substantivas no padrão agrícola brasileiro. A julgar pelas tendências apontadas nos anos mais recentes, em que as políticas salarial, monetária e cambial tiveram fortes impactos sobre os preços e a renda agrícola, na década de 90 o quadro de dificuldades poderá até mesmo agravar-se tendo em vista o cenário internacional de redução dos preços agrícolas e de incremento da competitividade entre os países, além da crônica redução dos gastos públicos com a agricultura que caíram de 4,22% do PIB para 1,74% de 1988 para 1991, passando de 12,3 bilhões em 1986 para 3,2 bilhões em 1991 (Lopes, 1996). A diminuição dos gastos orçamentários e a desregulamentação dos mercados agrícolas pelo governo federal está diretamente ligada aos acordos de cooperação do Brasil com países do MERCOSUL o que, aliás, evidenciou-se em 1994 quando da conclusão das negociações da Rodada Uruguai do GATT, atual OMC[12].

Entretanto, desde meados do ano de 1993, quando iniciou-se no País um programa de estabilização econômica, atuando diretamente sobre o problema inflacionário, trazendo um conjunto de novos problemas sócio-econômicos à agricultura. Em primeiro lugar, merece destaque a queda substantiva das rendas do setor agrícola. Embora a produtividade tenha se

---

[11] Os recurso para o crédito agrícola tinham sua origem principal em duas fontes: os depósitos bancários à vista e a alocação de recursos externos. A partir do momento em que estas fontes foram exauridas tornou-se insustentável a manutenção da política de crédito rural nos moldes que vinha sendo praticada.

[12] A desregulamentação realizou-se através do corte de gastos no setor de abastecimento (estoques reguladores, armazenamento, etc) que diminuiu de US$ 3,36 bilhões para US$ 0,04 bilhões; no setor de crédito rural onde a redução foi de US$ 10,2 bilhões para US$ 3,4 bilhões e no setor de comercialização de produtos como café, cacau, açúcar e trigo com cortes US$ 8 bilhões para US$ 0,46 bilhões. Na extensão rural (praticamente extinta em âmbito federal em 1992) os cortes foram de US$ 312 milhões para US$ 40 milhões (Lopes, 1996:207).

elevado, os agricultores foram compelidos a competir com similares importados em razão da abertura comercial (como é o caso do algodão, do arroz, do trigo, da cebola e outros) ficando condicionados ao recebimento de preços defasados pelos seus produtos. Em muitos casos, esta situação levou os produtores à descapitalização, ao endividamento e freqüentes vezes ao abandono da atividade (basta citar como exemplo a situação dos produtores paulistas de algodão e da orizicultura gaúcha)[13].

Outro fator que vêm exercendo efeitos diretos sobre a agricultura é o processo de reestruturação industrial. *Grosso modo,* a rápida erradicação de um número cada vez crescente de postos de trabalho, especialmente aqueles que exigem baixa qualificação técnico-profissional, em razão da adoção das novas tecnologias de produção e de gestão, afeta a agricultura tanto pela restrição de possibilidades de migração e inserção da população rural em novas atividades econômicas como pelos efeitos do desemprego industrial sobre os níveis de renda dos consumidores de produtos agrícolas. Assim, restringem-se as possibilidades de expansão de oferta agrícola que ficam em compasso de espera em relação às mudanças da estrutura do mercado de trabalho urbano-industrial. Ainda que o Plano Real tenha permitido um incremento substantivo no consumo das classes populares, com a redução drástica da inflação, deve-se reconhecer que este sucesso momentâneo (no caso os anos 1994 e 1995) acaba se diluindo rapidamente na proporção em que os custos de produção dos alimentos se elevam, reestabelecendo limites à expansão continuada do consumo (podemos citar como caso emblemático desta situação o comportamento de alguns cereais como o milho, que recebeu a alcunha de *âncora verde* por ter sustentado os baixos preços da *vedete* do Plano Real em 1995: o frango).

Dessa maneira, face aos cenários macro-econômicos que se vislumbram, os analistas acreditam que até o ano 2.000 a agricultura brasileira não poderá prescindir de uma expansão significativa do seu volume e da alteração da composição da produção, que deverá diminuir a dependência externa apostando mais na possibilidade de ampliação do consumo no mercado interno (Carvalho, 1995; Homem de Mello, 1990 e EMBRAPA, 1990).

3.1 AS CONSEQÜÊNCIAS DA MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

O progresso técnico verificado na agricultura brasileira nas últimas décadas não foi capaz de produzir um excedente comercializável de alimentos e matérias-prima, a preços acessíveis e estáveis, que pudesse suportar e estabilizar as necessidade de consumo das massas de populações urbanas que foram expulsas do campo neste processo. Uma das principais razões disso é o fato da modernização da agricultura ter se baseado em monoculturas tipo-exportação como a soja, cacau, café, laranja e outros ou destinadas às agroindústrias como no

[13] Lopes (1996:11) estima que cerca de 350 mil empregos foram perdidos na agricultura dos Estados produtores de trigo e algodão.

caso da cana-da-açúcar, relegando ao mercado interno uma posição secundária no consumo dos produtos agrícolas.

A assim chamada "modernização conservadora", nas palavras de Palmeira (1989:87), "...se fez sem que a estrutura da propriedade fosse alterada e, teve, no dizer dos economistas, "efeitos perversos": a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo".

A modernização agrícola brasileira gerou "efeitos perversos" do ponto de vista econômico e excludentes do ponto de vista social (Graziano da Silva, 1982:63; Martine & Garcia, 1987). Embora o crescimento da produção agrícola dos anos 80 tenha sido compatível com as taxas de crescimento vegetativa da população brasileira, estes dados não revelam as desigualdades sociais geradas por este processo sobretudo no que diz respeito ao êxodo rural e à marginalização crescente de contingentes populacionais do campo expulsos pela mecanização das atividades (Assouline, 1985).

Além das conseqüências sociais e econômicas mais imediatas cabe destacar os efeitos da modernização agrícola sobre o patamar tecnológico. Neste aspecto, vários autores concordam que as mudanças nas relações técnico-produtivas geraram, de fato, um novo "padrão agrícola", onde os complexos agroindustriais representam o setor mais avançado do processo de industrialização e penetração do capitalismo na agricultura (ver Kageyama, et.alli., 1987).

A ocupação da terra pelos capitais urbano-industriais e financeiros pode ser explicada a partir do processo de industrialização e constituição dos complexos agroindustriais . Trata-se da integração de capitais diversos onde a terra passa a ser um ativo ou uma "... reserva de valor, que se revela em um importante meio de acesso a outras formas de riqueza, de que são exemplos típicos o crédito rural e os incentivos fiscais" (Graziano da Silva, 1982:77). Este processo permitiu o rápido "fechamento da fronteira agrícola" e a ocupação das áreas de terras indígenas do Centro-Oeste e, principalmente, do Norte do Brasil[14].

A Tabela 24 mostra que enquanto nas últimas décadas aumentou o número de pequenos estabelecimentos (abaixo de 10 ha) diminuiu o número dos grandes (acima de 1.000 ha), embora não tenham sido registradas grandes alterações em relação a área de cada estrato, o que indica que as pequenas propriedades estão se pulverizando e diminuindo de tamanho ao passo que as grandes estão aumentando suas áreas de terras[15].

---

[14] Para uma discussão sobre a fronteira agrícola no Brasil consultar Martins, J.S (1982) e Martine & Garcia (1987) e, mais recentemente, Tavares dos Santos (1993).

[15] Avaliações gerais e parciais, em nível nacional ou regional, sobre os resultados da modernização agrícola podem ser encontrados em Hoffmann & Kageyama (1985); Homem de Mello, F (1990, 1985); Kageyama & Graziano da Silva).

TABELA 24
DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E DA ÁREA TOTAL POR ESTRATO DE ÁREA, BRASIL, 1920-1980 (EM PORCENTAGEM).

Estratos de área	Estabelecimentos							Área						
(há)	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980
0-10		34,4	34,4	44,8	51,3	52,1	50,4		1,5	1,3	2,4	3,1	2,8	2,4
10-20	}71,6	16,6	16,7	16,4	15,6	14,7	14,9	}9,0	2,3	2,1	3,1	3,6	3,2	2,9
20-50		23,9	23,6	20,2	16,7	16,3	16,5		7,2	6,6	8,3	8,6	7,8	7,1
50-100		10,7	10,6	8,2	6,9	7,1	7,6		7,2	6,6	7,6	8,1	7,6	7,4
100-1000	24,4	12,8	13,0	9,4	8,4	8,9	9,5	27,6	33,5	32,5	34,4	37,0	35,8	34,3
1000 e +	4,1	1,5	1,6	1,0	0,7	0,9	0,9	64,3	48,3	50,9	44,1	39,5	42,8	45,8
Total*	648	1.905	2.065	3.338	4.924	4.993	5.168	175.105	197.105	232.211	249.862	294.145	323.896	369.588

FONTE: MARTINE, G & GARCIA, R.C (1987) **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola.** São Paulo, Editora Caetés, p. 82.
N=100. Inclui sem declaração.

A Tabela 25 mostra que embora os índices de produtividade de certas culturas agrícolas tenham crescido, estes indicadores são pífios se comparados às transformações globais que sofreu a agricultura nas duas últimas décadas e considerando-se os recursos estatais investidos no setor (Martine & Garcia, 1987). Ademais, a realidade da periferia dos grandes centros urbanos brasileiros não deixa dúvidas de que este processo não foi capaz, nem de longe, de resolver os graves problemas de insuficiência alimentar e de acesso ao consumo básico, que afetam parcela significativa da população.

TABELA 25
BRASIL - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO E DOS RENDIMENTOS DE LAVOURAS SELECIONADAS 1973/81 E 1979/89

Produtos		Taxas de crescimento anual (%) 1973/81	1979/89
ARROZ	Produção	1,5*	3,2
	Rendimento físico	-0,9	3,9
FEIJÃO	Produção	-0,3*	0,6
	Rendimento físico	-2,3	-1,0
MANDIOCA	Produção	-0,9	-0,3*
	Rendimento físico	-1,2	1,1
MILHO	Produção	2,0*	3,1
	Rendimento físico	0,8*	1,4
TRIGO	Produção	2,4*	14,2
	Rendimento físico	-0,5*	9,9
ALGODÃO	Produção	-1,3*	3,3
	Rendimento físico	-0,4*	8,7
CANA-DE-AÇUCAR	Produção	8,3	8,6
	Rendimento físico	3,3	1,3
SOJA	Produção	7,3	3,7
	Rendimento físico	-1,9*	1,0*

FONTE: CARVALHO, J.J (1995) A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar .São Paulo, **Estudos Avançados**, 9(24):173-195.
NOTA: Todas as taxas foram obtidas por ajustamento exponencial das quantidades produzidas e dos rendimentos físicos, com os dados originais transformados em médias móveis trienais. Os coeficientes assinalados com (*) não são significativamente diferentes de zero em nível de 5% (teste bicaudal).

Isto nos permite concluir que, no Brasil, a *articulação* da modernização da agricultura com o processo de industrialização urbano-industrial ocorreu apenas pelo lado da produção. Ou seja, a agricultura brasileira atingiu com sucesso a mudança do padrão tecnológico, contudo, os aumentos de produtividade decorrentes não resultaram na oferta de alimentos mais baratos à população de baixa renda e no incremento do abastecimento.

O fracasso da experiência brasileira reside na incapacidade de desenvolver um padrão de produção cuja reprodução ampliada esteja intrinsecamente ligada a constante expansão do mercado consumidor interno. Ao contrário do que ocorreu nos países desenvolvidos, o Brasil parece ter optado pela exclusão social como modelo de desenvolvimento.

3.2 A SITUAÇÃO DIFERENCIAL DO RIO GRANDE DO SUL

Um olhar retrospectivo sobre a trajetória histórica da agricultura no Rio Grande do Sul mostra-nos que, já na primeira metade do século XX ela figurava entre as mais modernizadas do Brasil[16]. Um dos indicadores mais significativos, neste sentido, é o número de tratores existentes no Estado. Entre 1920 e 1940, a frota de tratores no Rio Grande do Sul passa de 817 para 1.104 unidades utilizados, em geral, na produção de arroz. A orizicultura, praticada em grandes propriedades da região sul-sudoeste do Estado, proporcionou um rápido incremento na utilização de máquinas, que veio acelerar a introdução de formas capitalistas de produção. Entretanto, foi a triticultura que acelerou o processo de mecanização e empresarização da agricultura no Rio Grande do Sul. O auge da lavoura de trigo verificou-se entre 1945 e 1956, quando a produtividade do cereal atingiu 0,96 t/ha e a área de plantio teve um incremento de 334% (FEE, 1978:53)[17].

Durante a década de 1950 a agricultura gaúcha permaneceu estagnada: a fronteira agrícola de terras havia sido totalmente ocupada, levando muitos gaúchos a migrar para fora do Estado. As culturas agrícolas mais desenvolvidas, como o arroz e o trigo, sofriam sérios problemas de competitividade com os produtos estrangeiros e os incrementos de produtividade não eram compensados pelos preços de venda do produto. A suinocultura, que era o principal produto comercial dos agricultores das regiões de colonização recente (Alto Uruguai, Missões, etc), também perdia seu dinamismo em função da substituição da banha por culturas vegetais oleaginosas, pela perda de mercados para os produtores catarinenses e mineiros e pela exigência de um novo tipo de rebanho suíno com preferência à produção de um porco tipo-carne (Presser, 1978).

Esta situação favoreceu a rápida difusão da soja em praticamente todas as regiões

---

[16] Entre 1920 e 1939 a orizicultura apresenta um desempenho favorável com incremento de 147% na produção física e de 124 na área cultivada. Para maiores detalhes ver Schilling, 1959/1982; FEE, 1982 e Beskow, 1987).

[17] O notável desenvolvimento da triticultura no Estado do Rio Grande do Sul no pós-guerra deve-se ao aumento da demanda urbana pelo produto causada pela crescente industrialização do país, à importação de máquinas e equipamentos, à introdução de novas variedades e pelo apoio estatal (a partir de 1948) dispensado à sua expansão (Schilling,1959/1982:117).

agrícolas da lavoura gaúcha. A crise do trigo, desencadeada pela importação do produto dos EUA em 1956 (Acordo do Trigo Norte Americano) e pelo tradicional sistema de produção dos pequenos agricultores coloniais, permitiu que a sojicultura se apropriasse dos avanços técnicos desenvolvidos nessas atividades para a sua dinamização. *Grosso modo*, pode-se dizer que a introdução da soja como principal produto comercial da lavoura gaúcha marca uma nova fase de desenvolvimento da economia agrária sul-riograndense[18].

A "frente de expansão" da soja localizou-se na Zona Colonial do Noroeste do Rio Grande do Sul, incluindo as regiões Missões, Alto Uruguai e Planalto Médio. A difusão acelerada da monocultura da soja pode ser acompanhada pelos incrementos anuais de área plantada. Entre 1968 e 1981 ela apresentou um incremento de 1.075% na área cultivada e de 2.188% na quantidade produzida (Conceição, 1982:99 e Brum, 1988:186).

Ao final da década de 70, as transformações ocasionadas por este novo padrão produtivo revelaram-se particularmente intensas na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai, Missões). Ao mesmo tempo, nestas regiões um grande contingente de colonos viu-se forçado a abandonar suas atividades rurais e buscar alternativas para sua reprodução face a impossibilidade de incorporação das novas tecnologias e sua adequação a economia de escala.

Já as regiões Coloniais mais antigas (como as regiões do Vale dos Sinos e Encosta da Serra) percorreram uma trajetória distinta. Enquanto na fronteira noroeste do Estado gaúcho o modo de vida colonial foi substituído pela agricultura profissional e modernizada, nestas regiões grande parte da força de trabalho do meio rural passou a ser absorvida pelo emergente mercado de trabalho regional decorrente de processos de industrialização como o setor coureiro-calçadista.

Nas regiões Sul e Oeste do Estado, onde predominam as propriedades médias e de grande porte dedicadas ao cultivo de arroz irrigado e à pecuária extensiva, registraram-se dinâmicas produtivas diferenciadas nas duas últimas décadas. Nestas regiões a sojicultura apenas penetrou em escala reduzida. Na década de 1980, a produção de arroz irrigado registrou aumentos favoráveis na área plantada e na produtividade da lavoura, ao passo que a pecuária extensiva permaneceu estagnada sem realizar significativos incrementos tecnológicos e mantendo estáveis os padrões de produtividade (Fürstenau, 1988 e Alonso, Benetti & Bandeira, 1994).

Na verdade, a partir de um processo de ocupação de terras diferenciado, as regiões Sul e Norte do Rio Grande do Sul apresentam atualmente características bastante distintas. A primeira região, cuja estrutura fundiária mostra uma maior concentração de grandes proprie-

---

[18] No Rio Grande do Sul, até 1950, a soja era plantada por pequenos proprietários e utilizada como forragem na alimentação de suínos. Somente no final dos anos 50 que a produção da soja ganha impulso, disseminando-se rapidamente por todos os Estados do Sul do Brasil durante a década de 1960. Na década de 1970 ela chega a ocupar 60% total da área plantada no Estado. Para maiores informações consultar Conceição (1982);; Rohde (1975); Rio Grande do Sul (1974); Rocha et alii.(1973) entre outros.

dades, fundamentou-se na pecuária extensiva e, já em meados do século XX, na produção de arroz irrigado. A segunda, ocupada por imigrantes de origem européia ou por seus descendentes, originários predominantemente da Itália e da Alemanha, baseou-se na pequena propriedade de agricultura familiar. Nos últimos 100 anos, devido às formas diferenciadas de ocupação e de uso das terras, das características culturais e de padrões de fecundidade distintos de seus habitantes e de processos migratórios ocorridos em períodos não coincidentes, os contrastes entre as duas regiões são evidenciados por vários indicadores.

Em termos demográficos, a região Sul apresentou um declínio em relação à região Norte, pois ela concentrava cerca de metade (52,07%) da população gaúcha em 1890, passando a deter apenas um quarto (25,2%) da mesma em 1991. Foram importantes na determinação das diferenças regionais de crescimento demográfico a expansão da fronteira agrícola na região Norte durante a primeira metade do século XX, a urbanização precoce da região Sul associada à preservação de uma base essencialmente ligada à agropecuária e a concentração geográfica do crescimento industrial do Estado no eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, o que contribuiu para atrair migrantes para os empregos gerados direta ou indiretamente no setor urbano-industrial (Bandeira, 1994). É importante considerar que "as grandes explorações pecuárias características da Região Sul demandam um volume muito menor de força de trabalho por unidade de área do que as pequenas unidades voltadas para a agropecuária colonial ou para as lavouras mecanizadas, mais recentes, que compõem o setor agrícola da Região Norte". Além disso, "as mudanças tecnológicas introduzidas, ao longo do tempo, na atividade pecuária, como o cercamento dos campos e a maior subdivisão das áreas de pastoreio, além do crescente uso de bretes e troncos para a contenção dos animais, contribuíram para facilitar o manejo dos rebanhos e para reduzir o pessoal necessário para o funcionamento das estâncias, diminuindo a capacidade de absorção de mão-de-obra por parte da pecuária" (Bandeira, 1994: 15).

Em termos econômicos, até 1940 a região Sul tinha maior peso relativo do que as regiões Norte e Nordeste na formação do produto total do Estado. Entre 1940 e 1970, o peso relativo do produto industrial da região Sul diminuiu continuamente, passando de um pouco mais de um terço, em 1940, para um pouco mais de 15% em 1970, ocorrendo também perdas relativas, embora um pouco menores, na produção agropecuária (Bandeira, 1940: 16). A decadência da região Sul deve-se em grande parte à prolongada crise da pecuária e de seus segmentos complementares, as charqueadas e, posteriormente, os frigoríficos. No entanto, de acordo com Bandeira (1994: 18), o declínio da região pode ser explicado também pelo comportamento dos donos de terras da região, os quais, defrontados com as dificuldades que atingiam a pecuária e baseados num tipo específico de racionalidade, deixaram de voltar-se para outras atividades.

Como se vê, a modernização da estrutura agrária gaúcha ocorreu de forma diferenciada e multidimensional nas duas últimas décadas. Há diferenças regionais e históricas que permi-

tiram incrementos tecnológicos a um determinado conjunto de agricultores, ao mesmo tempo que em outras áreas relegou-os à migração e à proletarização. As transformações estruturais ocorridas no setor agrícola não tiveram impactos apenas sobre os processos produtivos. A seletividade do processo de modernização da agricultura e as distorções sociais daí emergentes, como a expulsão de milhares de pequenos agricultores do campo, alteraram, sobremaneira, o modo de vida das populações rurais[19]

Estas mudanças afetaram diretamente o emprego, as formas de ocupação e os níveis de renda no meio rural. De um lado, nas áreas de maior mecanização e tecnificação dos processos produtivos, registra-se a queda dos postos de trabalho e a emergência de formas precárias de ocupação como os trabalhos temporários e a ausência de contrato de trabalho. Além da usual depressão dos níveis salariais, historicamente aviltados em áreas rurais do Brasil, agora os trabalhadores enfrentam também a irregularidade e até mesmo a ausência total de rendas. Nestas mesmas áreas verifica-se também a redução de formas tradicionais de ocupação, embora muitas vezes precárias, como o pequeno arrendamento, a parceria familiar e as formas de meação. Este fato também é uma consequência da elevação dos preços das terras decorrente do "fechamento da fronteira agrícola" no Sul do Brasil, tornando inacessível o acesso à terra de milhares de pequenos agricultores, sobretudo, das novas gerações.

No que diz respeito à renda da população rural, os dados da PNAD-1995 permitem a visualização das famílias rurais do Estado como um todo, possibilitando ainda a comparação com a distribuição das famílias urbanas de acordo com seus rendimentos. Um primeiro aspecto a destacar é que a renda mensal média rural, apesar de ter aumentado entre 1991 e 1993 (passando de 245 dólares para 404,2 dólares, de acordo com Delgado, 1997:29), equivale em 1995 a cerca de metade da renda mensal média urbana: respectivamente CR$ 436,00 e Cr$ 859,00. O segundo aspecto diz respeito à distribuição da renda, mostrando a melhor situação relativa da população urbana do Estado. De fato, enquanto que 11,5% das famílias rurais tinham um rendimento mensal inferior a 1 salário mínimo, 5,3% das famílias urbanas estavam nesta situação; enquanto que 61,2% das famílias rurais tinham rendimento mensal entre 1 e 5 salários mínimos, 43,7% das famílias urbanas estavam nesta situação; finalmente, enquanto que 23% das famílias rurais tinham rendimento mensal superior a 5 salários mínimos, 47,2% das famílias urbanas do Estado estavam nesta situação.

[19] Na parte dois, sub-item das migrações, retomamos alguns indicadores destes processos.

TABELA 26
FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL - 1995

Classes de rendimento mensal familiar	Famílias residentes em domicílios particulares					
	Total	%	Urbana	%	Rural	%
Total	2.977.843	100	2.379.791	100	598.052	100
Até 1 sal. Mínimo	197.137	6,5	125.345	5,3	68.792	11,5
Mais de 1 a 2 sals. Mínimos	399.503	13,4	275.703	11,6	123.800	20,7
Mais de 2 a 3 sals. Mínimos	398.885	13,4	287.762	12,2	111.123	18,6
Mais de 3 a 5 sals. Mínimos	605.893	20,3	475.104	20,0	130.789	21,9
Mais de 5 a 10 sals. Mínimos	681.197	22,9	586.869	24,6	94.328	15,8
Mais de 10 a 20 sals. Mínimos	353.619	11,9	320.865	13,5	32.754	5,5
Mais de 20 sals. Mínimos	227.193	7,6	217.113	9,1	10.080	1,7
Sem rendimento	70.800	2,4	50.920	2,1	19.880	3,3
Sem declaração	46.616	1,6	40.110	1,7	6.506	1,1

FONTE: Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio 1995: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: IBGE.

Por outro lado, nas áreas de agricultura colonial como a Serra e micro-região do Vale do Caí e do Taquari, onde predominam unidades de pequeno tamanho, observa-se uma redução da produção agrícola em razão da absorção das populações rurais pelo mercado de trabalho industrial. As indústrias se descentralizaram a partir da década do 1980 e foram recrutando cada vez mais a força de trabalho dos jovens residentes no meio rural chegando, inclusive, a estabelecer plantas produtivas em áreas rurais como é o caso das empresas de calçados. Neste caso, a conseqüência mais evidente é o êxodo das populações jovens para os centros urbanos próximos (que é o que ocorre, por exemplo, na região de Farroupilha e Bento Gonçalves) e a redução do contingente de indivíduos dedicados as tarefas agrícolas, ainda que em determinadas áreas mantenham residência no meio rural (fenômeno que ocorre na região da Encosta da Serra e do Vale do Caí).

Em relação às novas formas de ocupação no meio rural do Rio Grande do Sul no período recente, cabe destacar a emergência dos sistemas de produção integrada, onde o produtor estabelece uma relação de fidelidade com seu comprador. Este sistema é responsável pelo vertiginoso crescimento das agroindústrias no Estado, particularmente em atividades como a suinocultura, a avicultura e a fumicultura.

Segundo alguns autores, o comportamento da agricultura gaúcha no final da década de 1980 parece indicar o surgimento de um nova *fase* do desenvolvimento agrário no Estado. Entre as características dessa nova fase se destacaria o relativo esgotamento do padrão técnico consolidado durante o período inspirado na "revolução verde", o processo de abertura comercial (com ênfase para a criação do MERCOSUL no escopo do Tratado de Assunção de 1991), a diversificação da produção agrícola do Estado implicando no aparecimento de novos formatos tecnológicos e novas formas de ocupação acompanhados de perto por uma sensível redução nas culturas de exportação, com destaque para a sojicultura, e as modificações introduzidas pelos governos no tratamento da política agrícola, que estaria se afastando cada

vez mais do modelo intervencionista praticado na década de 1970.

Numa avaliação das perspectivas da produção brasileira de grãos (milho, trigo e soja), os técnicos do Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER), do Paraná, concluiram que há "necessidade de crescentes extensões de terra para viabilizar os estabelecimentos que se baseiam na produção de grãos. Em outras palavras, isto significa que a produção e venda de grãos não representa um espaço adequado para a viabilização da maioria dos pequenos agricultores, porque estes têm insuficiência de terras. A obtenção de uma 'entrada' de dinheiro apenas anual e sujeita a grandes riscos climáticos limita ainda mais a competitividade dos pequenos agricultores que dependem da venda de cereais e de grãos em geral." (DESER, 1995: 19-20). A exceção mais importante é a produção de milho, principalmente quando integrada com a criação animal, pois "esses sistemas integrados de produção apresentam produtividades mais altas e maior estabilidade, viabilizando até mesmo estabelecimentos que dispõem de uma área de terra relativamente pequena" (DESER, 1995: 20).

Na avaliação dos técnicos do DESER, a produção de grãos (feijão, arroz, milho, trigo e soja) em pequenas propriedades, como é feita no Brasil, não é adequada, devendo ser repensado o conjunto do sistema de produção. Para eles "a monocultura de grãos só é viável para quem dispõe de uma área de terras férteis e mecanizáveis de pelo menos 50 ha. Para os pequenos agricultores, é indispensável diversificar a produção. Entre as alternativas, sobretudo para quem já produz milho, encontra-se a produção de leite e a criação de pequenos animais (aves, suínos, etc.). Outra alternativa, muito limitada pela localização geográfica do estabelecimento, é a horticultura, isto é, a produção frutícola e olerícola. Fora disso, sobra a produção voltada para determinados nichos de mercado ou a pluriatividade". (DESER, 1995: 31).

Com base neste dados, a partir dos anos 1990, o comportamento da agricultura gaúcha poderia ser definido a partir de algumas situações. Na primeira, concentram-se os produtores que enfrentam a concorrência externa tal como o arroz, o trigo, a soja, o milho e a vitinicultura. Em razão das oscilações da política agrícola (particularmente a partir de 1985) esses produtores tiveram reduções substanciais nas taxas de rentabilidade de suas atividades. Mais do que isso, esses produtos enfrentam a abertura comercial do Brasil em condições desfavoráveis devido ao protecionismo e aos subsídios estatais que sustentam os aparelhos agrícolas dos países desenvolvidos (CEE e EUA) e em razão das melhores condições de produção dos países do Mercosul (terras mais férteis, menor carga tributária, etc). Estes produtores necessitam incorpor avanços tecnológicos, o que poderá ocasionar a exclusão de um significativo contingente de agricultores e trabalhadores assalariado, potencializando situações de migração e/ou de pobreza rural emergente.

A segunda situação é aquela enfrentada pelos produtores cujos produtos destinam-se ao abastecimento interno (produtos de consumo alimentar básico como carne, mandioca, batata, cebola, etc). Neste caso, o principal fator é a política econômica vigente, especialmente

no que se refere aos problemas enfrentados pelos trabalhadores urbanos (sobretudo o desemprego e a retração dos salários), o que impede a expansão da demanda por produtos agrícolas. Além disso, alguns produtos gaúchos ainda são constrangidos pelas importações de similares mais baratos (este é o caso da carne, da cebola e do alho, entre outros).

A terceira situação refere-se àqueles produtores que buscam inserir-se no mercado competitivo de produtos agroindustriais, servindo-se de tecnologias relativamente atualizadas. Trata-se dos agricultores *integrados* como os produtores de fumo, suínos, aves e leite. Entretanto, neste estrato também estão os agricultores que conseguem algum tipo de agregação de valor ao produto agrícola, seja na forma de embalagem ou beneficiamento. Nesta situação podemos incluir os produtores de moranguinho, laranja e horfrutigrangeiros (incluindo-se aí a produção de alguns assentamentos de reforma agrária e mesmo as variadas experiências de *agricultura alternativa*). Embora estes produtores sejam os mais habilitados a permanecer na atividade agrícola, ressalta-se no entanto que, graças aos ganhos obtidos via tecnologia, poderá haver uma redução no número de produtores.

Por fim, cabe mencionar o aparecimento de algumas atividades produtivas novas no meio rural. Uma delas, a silvicultura, tem se expandido em diferentes regiões agrárias gaúchas com destaque para a acaciocultura na região da Colônia Velha alemã e as plantações de pinus e eucalipto na região Sul do Estado (Schneider, 1994). A outra refere-se à emergência não propriamente de uma atividade produtiva mas de novas formas de trabalho. Referimo-nos ao crescimento de postos de trabalho e atividades produtivas não-agrícolas no meio rural tais como o assalariamento em indústrias ou pequenas atividades artesanais que se localizam em zonas peri-urbanas (como é o caso da região das indústrias de calçados na Encosta da Serra e do artesanato de malhas e produtos alimentícios da Serra).

No que diz respeito à região Sul do Estado, as perspectivas são menos animadoras. Paralelamente à manutenção de uma estrutura fundiária altamente concentrada, de acordo com Bandeira (1994: 31-2), a região está menos aparelhada do que outras regiões gaúchas para atrair investimentos industriais, devido a: 1) deficiências significativas em relação à disponibilidade de economias externas de localização e de urbanização; 2) ausência de um parque industrial expressivo e diversificado; 3) falta de serviços de apoio às atividades industriais; 4) perfil especializado da produção primária local, que oferece pouca variedade de matérias-primas para processar na região. Como resultado, a única possibilidade de transformação das condições locacionais da Região está "ligada à hipótese de que ela venha a ser fortemente favorecida pela estrutura das novas rotas de transportes que vierem a ser implantadas como resultado da integração econômica do Cone Sul, seja para melhorar a interligação entre os principais centros econômicos dessa macroregião, seja para permitir um melhor escoamento das exportações dos países participantes do MERCOSUL para o resto do Mundo" (Bandeira, 1994: 32).

4. ENCAMINHAMENTOS

O presente Diagnóstico a Pobreza Rural no Rio Grande do Sul inclui nesta versão - e sem desconhecer a existência de um contingente expressivo de "pobres estruturais", herdeiros do padrão de desenvolvimento econômico conhecido como "industrialização protegida" que se esgotou nos anos 80 - um estudo da pobreza rural emergente, os chamados "novos pobres".

Para a elaboração de uma tipologia que dê conta da heterogeneidade dessa pobreza em relação às condições materiais de vida, estratégias de sobrevivência, redes de sociabilidade, etc., partimos da hipótese de que essas novas formas de manifestação da pobreza decorrem das mudanças que estão ocorrendo nos padrões tecnológicos estimulados pela chamada "re-estruturação produtiva" e pela abertura comercial.

No caso do meio rural, essas transformações ocorrem num contexto de forte endividamento dos produtores rurais, atraso tecnológico de muitos setores, inadequação dos instrumentos de política agrícola e acirrada concorrência.

A abordagem utilizada na análise da pobreza rural emergente consiste em identificar os focos ou situações de pobreza mais recentes a partir da caraterização da dinâmica das cadeias produtivas e da natureza dos ajustes estruturais e/ou conjunturais que estão sendo implementados. Esta análise tem o propósito de averiguar se a dinâmica e as estratégias em curso em cada setor favorecem - e em que medida - a emergência de situações de vulnerabilidade e/ou consolidação da pobreza. Acredita-se que estas situações possam levar à fragilização dos agricultores e sua conseqüente exclusão das atividades produtivas. Neste caso, potencialmente se configura uma situação de pobreza emergente ou de incremento dos fluxos migratórios em direção aos centros urbanos.

Por ocasião da apresentação de seu documento, o Núcleo de Agribusiness referiu-se à existência de alguns fenômenos que são indicativos de processos de exclusão no campo: favelização no meio rural, com aumento do número de filhos de pequenos agricultores residentes nas cidades de pequeno e médio porte; crescente dependência de pequenos agricultores dos recursos obtidos com a aposentadoria rural e com a produção de auto-consumo.

A tarefa a que nos propusemos consiste, pois, em confrontar a dinâmica de setores distintos e analisar internamente cada um deles para identificar aquilo que o professor Castro denominou "posições declinantes", isto é, aquelas em que os atores econômicos estão submergindo e aproximando-se de situações de desemprego, migração e/ou favelização, e "posições ascendentes", onde os agentes estão em franco processo de afirmação econômica, mas que não excluem necessariamente problemas sociais.

4.1 AÇÕES DESENVOLVIDAS PELOS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL PARA O COMBATE E ALÍVIO DA POBREZA RURAL NO ESTADO.

Construída a tipologia de "novos pobres" a partir de suas posições em cada setor ou subsetor da atividade agrícola, o esforço passa a ser, então, o de: abordar o tema das políticas públicas, isto é, o papel do Estado na redução dos custos sociais dos ajustes. Para tanto, três etapas deverão ser percorridas:

1) Inventariar as intervenções que o poder público (estadual e federal) está realizando em termos de financiamento e gerenciamento de programas, projetos e ações de combate e/ou alívio da pobreza rural, seja ela crônica ou emergente.
2) Examinar em que medida as intervenções estatais são elucidativas de tendências, checando as interfaces, os encadeamentos que possam existir entre o conteúdo dessas políticas e a real posição (declinante ou ascendente) dos atores a que estão dirigidas.
3) Inferir as políticas necessárias para cada posição - alternativas de intervenção.

De acordo com o quadro a seguir (ver páginas 60 e 61), pode-se observar quais as ações que estão sendo desenvolvidas pelos governos estadual e federal para o combate e/ou alívio da pobreza rural no Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, R. C. & VILLELA, R. (1990). A situação social no Brasil: um balanço de duas décadas. mimeo. Apud ROMÃO, Mauricio Costa (1993). **Pobreza: conceito e mensuração**. Brasília, IPEA. Cadernos de Economia, n. 129.
- A.R.F.(1984) **La Pluriativité dans les familles agricoles**. Paris, ARF Editions, Association des Ruralistes Français.
- ALONSO, J.A.F; BENETTI, M.D & BANDEIRA, P.S (1994) **Crescimento Econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. POA, FEE.
- ARKLETON RESEARCH (1987) **Cambio Rural en Europa**. Programa de Investigación sobre las Estruturas Agrarias y la Pluriactividade. Colóquio de Montpellier.
- ASSOULINE, G (1985) Marginalização alimentar: o preço da opção agroindustrial. Brasília, **Revista Brasileira de Tecnologia,** 16(1):11-17, jan/fev.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, José Antonio Fialho; BENETTI, Maria Domingues; BANDEIRA, Pedro Silveira. **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul; causas e perspectivas**. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatistica, 1994. p.7-32.
- Barcelos, Tânia (1996) **Migrações no Sul: caminhos para terras e cidades**. POA, UFRGS/IFCH, Dissertação de Mestrado, mimeo.
- BERTRAND, Jean-Pierre (1990) A Dinâmica dos Mercados Internacionais de Óleo-Proteaginosas: politicas dos estados e estratégias dos atores. **Revista Ensaios FEE**, 11(1):03-41, Porto Alegre.
- BESKOW, P.R.(1987) **O Arrendamento Capitalista na Agricultura**. São Paulo, Hucitec.
- BRDE (1973) **A Indústria de Óleos Vegetais Comestíveis no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Estudos Econômicos, nº 4.
- BRUMER, A & TAVARES DOS SANTOS, J.V (1996) **Tensões agrícolas e agrárias na transição democrática brasileira no final do sécilo XX.** POA, mimeo.
- BUAINAIN, A.M & REZENDE, G.C (1995) Ajuste, Inflação e Agricultura: a experiência dos anos 80. In: RAMOS, P & REYDON, B.P (1995) **Agropecuária e Agroindústria no Brasil**. Campinas, ABRA.
- BUTTEL, F.H (1982) The Political Economy of Part Time Farming. **Geojournal**, 6(4):293-300
- CARVALHO, J.J (1995) A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar .São Paulo, **Estudos Avançados,** 9(24):173-195.
- CASTRO, A.B & SOUZA, F.E.P (1985) **A Economia Brasileira em Marcha Forçada**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CODESUL & BRDE (1969) **A Indústria de Óleos Vegetais Comestíveis no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre.
- CONCEIÇÃO, O.A (1986) **A expansão da soja no Rio Grande do Sul: 1950-1975**. POA, FEE,
- DELGADO, G. C (1985) **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo, Ícone/UNICAMP.
- DELGADO, Guilherme C. (coord. técnico) (1997). **Previdência rural: relatório de avaliação sócio-econômica**. Projeto IPEA/MPAS. Brasília, mimeo
- DELGADO, Guilherme Costa (1995). Agricultura familiar e política agrícola no Brasil: situação atual e perspectivas. In: REYDON, Pedro R. B. (org.) **Agropecuária e Agroindústria no Brasil; ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas, UNICAMP,. p. 199-235.
- DESER (1995). Os produtores familiares de grãos (milho, trigo e soja) e o Mercosul. Curitiba, DESER (Departamento Sindical de Estudos Rurais), **Boletim da Agricultura Familiar no MERCOSUL** (Bole-

Ações públicas que estão sendo realizadas para o combate e/ou alívio da pobreza rural no Rio Grande do Sul.

Programa, projetos e ações	Órgãos e Instituições responsáveis	Parcerias	Objetivos	População alvo	Recursos	Total de recursos disponíveis
PRORENDA - Agricultura Familiar	Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento - Sociedade Alemã de Cooperação Técnica - GTZ	Prefeituras, cooperativas	Contribuir para a viabilização da propriedade familiar, com base na mobilização do potencial de auto-ajuda das famílias de pequenos agricultores e no apoio complementar de organizações governamentais e não-governamentais.	Pequenos agricultores que realizam suas atividades com base no regime de mão-de-obra familiar, organizados em grupos, associações ou condomínios.	GTZ, prefeituras e agricultores.	
Agropecuária	BRDE		Implantação, expansão de capacidade, relocalização e modernização; adoção de modernas técnicas de gerenciamento, produção e comercialização; implantação de sistemas de gestão da qualidade e produtividade; conservação de energia e do meio ambiente; informatização.	Empresa rural; cooperativas; produtores integrados; açúcar e álcool, bovinicultura de leite e de corte; aquisição de matrizes e/ou reprodutores;suínos; reflorestamento (excluindo segmentos de serraria, exportação de madeira não beneficiada e produção de ferro gusa.	BRDE	Superior a R$ 5 milhões por projeto.
Reconversul	Gov. Federal; Secretaria Executiva da Metade Sul do Estado;		Financiamento das diversas atividades produtivas localizadas na "metade sul" do Estado. As linhas de financiamento são diferenciadas por setor e atividade.	Indústria, comércio, serviços, infra-estrutura e agropecuária.	BNDES, BRDE, BANRISUL	R$ 250 milhões.
Pro-Rural 2000	Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento; EMATEr	Prefeituras, EMATER.	Minimizar a situação de marginalização de agricultores, oportunizando-lhes recursos técnicos e financeiros para o desenvolvimento de ações de infra-estrutura, geração de emprego, melhoria de renda, capacitação profissional, preservação de recursos naturais e titulação de terras. Projetos prioritários para o combate à pobreza e ao êxodo rural.	Agricultores de baixa renda.	BIRD, Governo do Estado, prefeituras	US$ 208 milhões.
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	Ministério da Agricultura e Governo, Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento	EMATER.	Atividades como mecanização, hortigranjeiros, pequenas agroindústrias, irrigação e recuperação dos solos e outras.	Destina-se ao pequeno produtor rural que use apenas mão-de-obra familiar, em propriedades com área igual ou inferior a quatro módulos do INCRA, onde 80% da renda do agricultor seja gerada em atividades agropecuárias.	BNDES, BANRISUL.	R$ 127,4 milhões no período 1996/97.
FEAPER - Fundo Estadual de Apoio ao	Secretaria de Estado da Agricultura e	EMATER	Financiamentos a pequenos estabelecimentos rurais com vistas a elevação dos seus índices de produção e produtividade e melhoria das condições de vida dos	Mini e Pequenos produtores rurais, cuja propriedade não ultrapasse 50ha quando o módulo fiscal é de 25ha e 100 ha quando	BANRISUL.	

Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais	Abastecimento.		trabalhadores rurais.	é de 50ha; cuja a única fonte de renda seja a exploração agropecuária; que residam no imóvel ou na comunidade rural.		
PROGER - Programa de Geração de Renda	Ministério do Trabalho e Ação Social.			Pequenos produtores rurais.	Oriundos do FAT.	
PROAGRO - Programa de Garantia da Atividade Agropecuária	Ministério da Agricultura		Produto oferecido pelo sistema financeiro nacional para implantação de lavouras.	Todo e qualquer produtor agrícola.	Oriundos de seguros efetuados pelos próprios produtores.	
Programa Mãos à Obra Brasil	Governo Federal.		Assentamento de 280 mil famílias até 1999.	Famílias de agricultores sem terra.		
PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária	INCRA	EMATER	Apoiar financeiramente a implantação de projetos de desenvolvimento econômico nas áreas de assentamento.	Assentados de reforma agrária.	Dotações orçamentarias da União, retorno dos financiamentos concedidos e outros.	
LUMIAR - Projeto de Assistência Técnica nos Assentamentos	INCRA	EMATER	Viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional.	Assentados de reforma agrária.	Oriundos do PROCERA (destinados a pagar assistência técnica dos assentamentos e orçamento do INCRA.	
Ações desenvolvidas pela EMATER	Emater e Governo do Estado do RS		Programas prioritários do governo do estado e programas de extensão rural, que abrangem as áreas econômica e social.	Pequenos proprietários e suas famílias	EMATER; governo do Estado; Ministério da Agricultura; prefeituras municipais.	

FONTE: Elaboração própria.

tim Especial), n. 5. 34p.
- DIAS, G (1990) **Ajustamento da economia e do setor agricola**. São Paulo, USP, mimeo.
- FEE (1978) **25 Anos de Economia Gaúcha. A agricultura no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Volume 3.
- FEE, (1995) **Alivio à Pobreza: diagnóstico e conclusões**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento/ Secretaria de Estado da Coordenação e Planejamento/ FEE, Pró-Rural 2.000.
- FREITAS, D (1954) O Minifúndio na Estrutura Agrária do Rio Grande do Sul. **Revista da Provincia de São Pedro**, n. 19.
- FRIEDMANN, H (1991) Changes in the International Division of Labor: agri-food complexes and export agriculture. In: Friedland, W et. alii. (1991) **Towards a New Political Economy of Agriculture.** Boulder, Westview Press.
- FULLER, A.M (1983) Part-Time Farming and the Farm Family: a note for future research. **Sociologia Ruralis**, Netherlands, XXIII(1).
- FULLER, A.M (1990) From Part-Time Farming to Pluriativity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, 6(4):361-173.
- FÜRSTENAU, V. (1988) **O Crédito Rural no Brasil e seus Efeitos sobres a Agricultura Gaúcha:1965-1984.** POA, FEE.
- GASQUES, J.G & VILLA VERDE, C.M (1990) **Cresciemnto da agricultura brasileira e politica agricola nos anos 80**, Brasilia, IPEA. Texto para Discussão nº 204.
- GOODMANN, D & REDCLIFT, M (1989) **The International Farm Crises**. London, Macmillan Press.
- GOODMANN, D; SORJ, B; WILKINSON, J. (1990) **Da Lavoura às Biotecnologias**. Rio de Janeiro, Campus
- GRAZIANO DA SILVA, J (1982) **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- GRAZIANO DA SILVA, J (1991) Complexos Agroindustriais e Outros Complexos. Campinas, **Revista Reforma Agrária**, volume 21, set/dez.
- GRAZIANO DA SILVA, J (1992) **Uma Década Perversa: as politicas agricolas e agrárias dos anos 80**. Instituto de Economia, Unicamp, mimeo.
- GRAZIANO DA SILVA, J (s/d) **O Novo rural brasileiro**. Campinas. mimeo.
- HOFFMAN, R. (1995) Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil São Paulo, **Estudos Avançados**, 9(24):159-173
- HOFFMANN, R & KAGEYAMA, A (1985) Modernização da Agricultura e Distribuição de Renda no Brasil. **Revista de Pesquisa e Planejamento**, Rio de Janeiro, 15(1):171-208.
- HOFFMANN, R & KAGEYAMA, A (1986) Posição na Ocupação, tempo de trabalho e renada na agricultura brasileira em 1980. São Paulo, **Revista de Economia Politica**, 6(4):78-90.
- HOMEM DE MELLO, F (1985) A Agricultura nos Anos 80: perspectiva e conflitos entre objetivos de política. **Revista Estudos Econômicos**, 10(2):57-101.
- HOMEM DE MELLO, F (1990) O Crescimento Agricola Brasileiro dos Anos 80 e as Perspectivas para os anos 90. **Revista de Economia Politica**, 10(3):22-39
- KAGEYAMA, A & GRAZIANO DA SILVA, J (1983) Os Resultados da Modernização Agricola dos Anos 70. **Revista Estudos Econômicos**, 13(3):537-559.
- KAGEYAMA, A & GRAZIANO DA SILVA, J (1987) **A Dinâmica da Agricultura Brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas. IE/Unicamp, mimeo.
- KLERING, L.R. (1993) Análise do Desempenho dos Municipios do RS em 1992. **Análise**. Porto Ale-

gre, 4(2):171-202. Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da PUC.

LOPES, M.R (1996) Mercados agrícolas e o processo de integração no MERCOSUL. In: Brandão, A.S & PEREIRA, L.V (1996) Org. **MERCOSUL: perspecativas da integração.** Rio Janeiro, FGV.

MARTINE, G & GARCIA, R.C (1987) **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola.** São Paulo, Editora Caetés.

MARTINE, G (1990) Fases e Faces da Modernização Agrícola. Brasília, **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, nº 3, IPEA.

MARTINE, G (1991) A Trajetória da Modernização Agrícola: a quem beneficia. São Paulo, **Revista Lua Nova**, nº 23, março de 1991.

MARTINE, G. (1982) Expansão e Retração do Emprego na Fronteira Agrícola. **Revista de Economia Política**, São Paulo, p. 53-76.

MARTINE, G.(1986) O Significado Demográfico da Fronteira Agrícola. **Espaço e Debates**, São Paulo, Edição Especial no 13.

MARTINS, J. S (1982) **Expropriação e Violência (A Questão Política no Campo)**. São Paulo, Hucitec.

MENÉNDEZ, L.S. (1985) Tendencias Recientes en las Zonas Rurales: de la industrializacion a los servicios? **Agricultura y Sociedad**, España, n. 36-37, Julio-Diciembre.

MONTEIRO, C.A (1995) A dimensão da pobreza e da foma no Brasil. São Paulo, **Estudos Avançados**, 9(24):195-207.

MONTEIRO, M.J.C (1990) Um Balanço da Agricultura Brasileira. São Paulo, **Revista São Paulo em Perspectiva**, 4(2):100-106.

NAVARRO, Z (1994) **Assentamentos Rurais, formatos organizacionais e desempenho produtivo - o caso do assentamento Nova Ramada**. POA, mimeo.

OLIVEIRA, N. et.alii.(1990) O Processo de Urbanização do Rio Grande do Sul: características recentes. In: **A Economia Gaúcha e os Anos 80**. Porto Alegre, Tomo 1, p. 131-164.

PALMEIRA, M (1989) Modernização, Estado e Questão Agrária. São Paulo, **Revista de Estudos Avançados**, USP, 3(7):87-108.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE , 1990.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE , 1993.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), IBGE , 1995.

PRESSER, M. (1978) **O Desenvolvimento do Capitalismo no Rio Grande do Sul: 1920-1975.** Campinas, Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, mimeo.

RIO GRANDE DO SUL (1974) **Soja: produção, comercialização e ICM**. Porto Alegre, Secretaria da Fazenda.

ROCHA, J.A. et.alii. (1973) **Soja: situação e perspectivas**. Porto Alegre, Secretaria de Coordenação e Planejamento/ Secretaria da Agricultura.

ROCHA, S. (1997) Crise, estabilixação e pobreza:1990-1995. São Paulo, **Conjuntura Econômica**, janeiro, Fundação Getúlio Vargas.

ROHDE, G.M. (1975) **A História da Soja**. Porto Alegre, Simpósio da Soja 1. Anais da Assembléia Legislativa.

ROSEMBERG, Fúlvia. (1994) **Educação e gênero no Brasil nos anos 80**. Trabalho apresentado no IV Seminário Nacional sobre Mulher: Educação, Cultura e Saúde. Porto Alegre, 15-17 de junho de 1994. 43p + tabelas, quadros e gráficos. mimeo.

SCHILLING, P (1959/1982) Trigo. Porto Alegre. **Revista Ensaios FEE**, 3(1):109-137.4

- SCHNEIDER, S. (1994) **Os Colonos da Indústria Calcadista: Expansão Industrial e as Transformações da Agricultura Familiar no Rio Grande do Sul**. Campinas, IFCH/UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 363 pp.
- SEYFERTH, G (1987) Aspectos da Proletarização do Campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonos-operários. In: LOPES, J.S.L (org) **Cultura e Identidade Operária**. São Paulo , Marco Zero.
- TARGA, L.R.P (1989) O Processo de Integração do Mercado Interno Brasileiro: eliminação das particularidades econômicas e sociais do Rio Grande do Sul. **Revista Ensaios FEE**. Porto Alegre, 9(2):147-158.
- TAVARES DOS SANTOS, J.V. (1993) **Matuchos: Exclusão e Luta - do Sul para a Amazônia**. Petrópolis, Vozes.

REGIÃO 4 - Serra do Nordeste

SUB-REGIÃO 4 A - Caxias-Bento Gonçalves

1. Antônio Prado
2. Bento Gonçalves
3. Canela
4. Carlos Barbosa
5. Caxias do Sul
6. Farroupilha
7. Flores da cunha
8. Garibaldi
9. Gramado
10. Monte Belo do sul
11. Nova Pádua
12. Nova Petrópolis
13. Nova Roma do Sul
14. Picada Café
15. Santa Tereza
16. São Marcos

SUB-REGIÃO 4 B - Veranópolis-Guaporé

1. Anta Gorda
2. Casca
3. Cotiporã
4. Dois Lageados
5. Encantado
6. Fagundes Varela
7. Guaporé
8. Ilópolis
9. Montauri
10. Nova Bréscia
11. Putinga
12. Relvado
13. Santo Antônio do Palma
14. São Domingos do Sul
15. Serafina Corrêa
16. União da Serra
17. Vanini
18. Veranopólis
19. Vila Flores

REGIÃO 5 - Planalto Médio

SUB-REGIÃO 5 A - Passo Fundo

1. Agua Santa
2. Arvorezinha
3. Barros Cassal
4. Camargo
5. Charrua
6. Ciriaco
7. Coxilha
8. David Canabarro
9. Ernestina
10. Fontoura Xavier
11. Gentil
12. Ibiripuitã
13. Itapuca
14. Lagoão
15. Marau
16. Mato castelhano
17. Mormaço
18. Muliterno
19. Nicolau Vergueiro
20. Nova Alvorada
21. Passo Fundo
22. Pontão
23. São José do Herval
24. Sertão
25. Soledade
26. Tapejara
27. Tunas
28. Vila Maria

SUB-REGIÃO 5 B - Erechim

1. Áurea
2. Barão do Cotegipe
3. Campinas do Sul
4. Carlos Gomes
5. Centenário
6. Erebango
7. Erechim
8. Estação
9. Gaurama
10. Getúlio Vargas
11. Ipiranga do Sul
12. Jacutinga
13. Machadinho
14. Maximiliano de Almeida
15. Paim Filho
16. Ponte Preta
17. Ronda Alta
18. São João da Urtiga
19. Três Arroios
20. Três Palmeiras
21. Viadutos

SUB-REGIÃO 5 C - Palmeira das Missões

1. Ajuricaba
2. Barra Funda
3. Boa Vista das Missões
4. Carazinho
5. Cerro Grande
6. Chapada
7. Condor
8. Constantina
9. Coqueiros do Sul
10. Engenho Velho
11. Jaboticaba
12. Lageado do Bugre
13. Nova Boa Vista
14. Novo Barreiro
15. Palmeira das Missões
16. Panambi
17. Pejuçara
18. Rondinha
19. Sagrada Família
20. Saldanha Marinho
21. Santa Bárbara do Sul
22. Santo Antônio do Planalto
23. São José das Missões
24. Sarandi

SUB-REGIÃO 5 D - Bacia do Jacuí

1. Alto Alegre
2. Arroio do Tigre
3. Campos Borges
4. Colorado
5. Espumoso
6. Ibirubá
7. Lagoa dos Três Cantos
8. Não-me-Toque
9. Nova Palma
10. Pinhal Grande
11. Quinze de Novembro
12. Salto do Jacuí
13. Selbach
14. Tapera
15. Victor Graeff

SUB-REGIÃO 5 E - Cruz Alta

1. Cruz Alta
2. Fortaleza dos Valos
3. Ivorá
4. Julio de Castilhos
5. Quevedos
6. Tupanciretã

REGIÃO 6 - Encosta Inferior da Serra do Nordeste

SUB-REGIÃO 6 A - Vale do Caí

1. Alto Feliz
2. Barão
3. Bom Principio
4. Capela de Santana
5. Dois Irmãos
6. Feliz
7. Igrejinha
8. Ivoti
9. Lindolfo Collor
10. Linha Nova
11. Morro Reuter
12. Poço das Antas
13. Presidente Lucena
14. Salvador do Sul
15. Santa Maria do Herval
16. São José do Hortêncio
17. São Pedro da Serra
18. São Sebastão do Caí
19. São Vendelino
20. Três Coroas
21. Tupandi
22. Vale Real

SUB-REGIÃO 6 B - Santa Cruz

1. Arroio do Meio
2. Boqueirão do Leão
3. Candelária
4. Capitão
5. Colinas
6. Cruzeiro do Sul
7. Estrela
8. Gramado Xavier
9. Ibarama
10. Imigrante
11. Lajeado
12. Mato Leitão
13. Muçum
14. Pouso Novo
15. Progresso
16. Roca Sales
17. Santa Clara do Sul
18. Santa Cruz do Sul
19. Segredo
20. Sério
21. Sinimbu
22. Sobradinho
23. Teutônia
24. Travesseiro
25. Vale do sol
26. Venâncio Aires
27. Vera cruz

REGIÃO 7 - Alto Vale do Uruguai

SUB-REGIÃO 7 A - Três Passos

1. Alecrim
2. Alpestre
3. Ametista do Sul
4. Barra do Guarita
5. Caiçara
6. Campinas das Missões
7. Cândido Godoi
8. Criciumal
9. Derrubadas
10. Doutor Mauricio Cardoso
11. Horizontina
12. Irai
13. Novo Machado
14. Novo Tiradentes
15. Palmitinho
16. Pinhal
17. Pinheirinho do Vale
18. Planalto
19. Porto Lucena
20. Porto Mauá
21. Porto Vera cruz
22. Porto Xavier

23.Rodeio Bonito
24.Santo Cristo
25.São Paulo das Missões
26.Tenente Portela
27.Tiradentes do Sul
28.Três Passos
29.Tucunduva
30.Tuparendi
31.Vicente Dutra
32.Vista Gaúcha

SUB-REGIÃO 7 B - Nonoai-Marcelino Ramos

1. Aratiba
2. Barra do Rio Azul
3. Entre Rios do Sul
4. Erval Grande
5. Faxinalzinho
6. Gramado dos Loureiros
7. Itatiba do Sul
8. Liberato Sauzano
9. Marcelino Ramos
10.Mariano Moro
11.Nonoai
12.Rio dos Índios
13.São Valentim
14.Severiano de Almeida
15.Trindade do Sul

SUB-REGIÃO 7 C - Santa Rosa-Seberi

16.Alegria
17.Boa Vista do Buricá
18.Bom Progresso
19.Braga
20.Campo Novo
21.Coronel Bicaco
22.Dois Irmãos das Missões
23.Erval Seco
24.Frederico Westphalen
25.Giruá
26.Humaitá
27.Independência
28.Miraguaí
29.Redentora
30.Santo Augusto
31.São José do Inhacora
32.São Martinho
33.São Valério do Sul
34.Seberi
35.Sede Nova
36.Taquaraçu do Sul
37.Três de Maio
38.Vista Alegre

REGIÃO 8 - Missioneira de Santo Ângelo-São Luiz

1. Augusto Pestana
2. Bossoroca
3. Caibaté
4. Catuipe
5. Cerro Largo
6. Chiapeta
7. Coronel Barros
8. Dezesseis de Novembro
9. Entre Ijuís
10.Eugênio de Castro
11.Guarani das Missões
12.Ijuí
13.Inhacorá
14.Jóia
15.Roque Gonzales
16.Salvador das Missões
17.Santiago
18.Santo Ângelo
19.São Luiz Gonzagas
20.São Miguel das Missões
21.São Pedro do Butiá
22.Vitória das Missões

REGIÃO 9 - São Borja-Itaqui

1. Garruchos
2. Itacurubi
3. Itaqui
4. Monoel Viana
5. Pirapó
6. Santo Antônio das Missões
7. São Borja
8. São Francisco de Assis
9. São Nicolau

REGIÃO 10 - Campanha

SUB-REGIÃO 10 A - Uruguaiana-São Gabriel

1. Alegrete
2. Rosário do sul
3. São Gabriel
4. Uruguaiana

SUB-REGIÃO 10 B - Fronteira Uruguaia

1. Bagé
2. Candiota
3. Dom Pedrito
4. Erval
5. Hulha Negra
6. Quaraí
7. Santana do Livramento

REGIÃO 11 - Serra do Sudeste

1. Amaral Ferrador
2. Caçapava do Sul
3. Canguçu
4. Dom Feliciano
5. Encruzilhada do Sul
6. Lavras do Sul
7. Pinheiro Machado
8. Piratini
9. Santana da Boa Vista

REGIÃO 12 - Região das Grandes Lagoas

SUB-REGIÃO 12 A - Patos

1. Arambaré
2. Camaquã
3. Capão do Leão
4. Cerro Grande do sul
5. Cristal
6. Morro Redondo
7. Pelotas
8. São Lourenço do Sul
9. Sentinela do Sul
10. Tapes

SUB-REGIÃO 12 B - Mirim

1. Arroio Grande
2. Jaguarão
3. Pedro Osório

CRÉDITOS

Projeto RS-2010
Realizando o futuro

Ficha técnica

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ANTONIO BRITTO

SECRETÁRIO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
JOÃO CARLOS BRUM TORRES

CONSULTOR SÊNIOR
ANTONIO BARROS DE CASTRO

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO
Instalada em 7 de março de 1997

JOÃO CARLOS BRUM TORRES
Secretário. da Coordenação e Planejamento e Coordenador Geral do Projeto
RUBENS SOARES DE LIMA
Presidente da Fundação de Economia e Estatística- FEE
FLÁVIO FERREIRA PRESSER
Presidente da Fundação. Estadual de . Proteção ao Ambiental – FEPAM
LAIS DE PINHO SALENGUE
Presidente da Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional — METROPLAN
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA
Presidente da Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul- FAPERGS
NUNO RENAN LOPES DE FIGUEIREDO PINTO
Representante da Federação das Industria do Rio Grande do Sul - FIERGS
ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA
Diretor Técnico da Fundação de Economia e Estatística FEE
MARIA HELENA CATTANI LOHMANN
Diretora do Departamento de Planejamento Estratégico SCP
SÔNIA MARIA MOREIRA DE MELLO
Chefe da Divisão de Diretrizes Estratégicas -SCP

Obs.: A economista Maria Aparecida Grendene de Souza
substituiu a economista Maria Helena Cattani Lohmann
na direção do Departamento de Planejamento
Estratégico e, em virtude disso, nessa Comissão.

Projeto RS-2010
Realizando o futuro

PRIMEIRA ETAPA
novembro de1996 a junho 1997

Equipe técnica

ÁREA ECONÔMICA

ADA SÍLVIA B. DE PICCOLI (METROPLAN)
ADALBERTO ALVES MAIA NETO (FEE)
ALBERTO MARCOS. NOGUEIRA (SCP)
ANA ELISA E. FERREIRA (SCP)
CLARISSE CASTILHOS (FEE)
ESTEBAN CARRION SANTANA (METROPLAN)
JEFERSON LUIS BITTENCOURT (SCP)
JORGE ACCURSO(FEE)
JORGE SOUZA FILHO (SCP)
JÚLIO CÉSAR VOLPI (METROPLAN)
MARIA CRISTINA PASSOS (FEE)
MARIA DOMINGUES BENETTI (FEE)
PAULO HAMESTER (METROPLAN)
PEDRO BANDEIRA (SCP)
VIVIAN FURSTENAU(FEE)

ÁREA DE INFRA-ESTRUTURA

ALFREDO D. HECHT (CEEE)
CARLOS R. RIBEIRO(SEMC)
CÉLIA MARIA T. ROHENKOHL (CRT)
FLÁVIO BRINCKMANN (SCP)
LUIS RENATO PONS DE ARAUJO(CORSAN)
MARCOS KAPPEL RIBEIRO (CEEE)
MARGARETH V. MACCHI SILVA (METROPLAN)
MARIA DA GRAÇA SILVEIRA (SCP)
RENATO MACHADO (CORSAN)
SÍLVIO BARBOSA (SCP)

Projeto RS-2010
Realizando o futuro

ÁREA FINANCEIRA

ROGÉRIO STUDART (CONSULTOR)
colaboradores:
ALDO ERNESTO LOZEKAN (BANRISUL - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)
JOSÉ ERNESTO A PASQUOTO (CONSULTOR - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)
PAULO FIORI (BRDE - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)
PAULO RENATO FERREIRA DA SILVA (CEEE - GRUPO DE ACOMPANHAMENTO)

ÁREA SOCIAL

CLÁUDIO ACCURSO
CLÍTIA MARTINS (FEE)
GLENDA P. ÁVILA (SCP)
GUILHERME XAVIER SOBRINHO (FEE)
JÚLIA ORTIZ AMBROS (SCP)
MIRIAN DE TONI (FEE)
ROSSETTA MAMMARELLA (FEE)
VERA HELENA FONSECA (SCP)

Consultores

ANITA BRUMER (UFRGS)
ANTONIO DAVID CATTANI (UFRGS)
ANTÔNIO PADULA (UFRGS)
DAISY SCHRAMM ZENI
EDUARDO MALDONADO FILHO (UFRGS)
EVA SAMIOS (UFRGS)
FLÁVIO FLIGENSPAN (UFRGS)
JOAL DE AZAMBUJA ROSA
NELSON GIORDANO DELGADO (UFRRJ)
ROGÉRIO STUDART (UFRJ)
ROSANE EMILIA ROSSINI
SÉRGIO SCHNEIDER (UFRGS)

Projeto RS-2010
Realizando o futuro

SEGUNDA ETAPA
agosto de 1997 a novembro de 1998

GRUPO DE SISTEMATIZAÇÃO

JOÃO CARLOS BRUM TORRES
SECRETÁRIO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
ANTÔNIO BARROS DE CASTRO
CONSULTOR SÊNIOR
MARIA APARECIDA GRENDENE DE SOUZA
COORDENADORA

ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA
JOAL DE AZAMBUJA ROSA
MARIA DOMINGUES BENETTI
NUNO RENAN LOPES DE FIGUEIREDO PINTO
RUBENS SOARES DE LIMA
SÔNIA MARIA MOREIRA DE MELLO

Equipe técnica

ADALBERTO ALVES MAIA NETO (FEE)
ALBERTO MARCOS NOGUEIRA (SCP)
ANA ELISA DAMIANI (METROPLAN)
CINTIA RUBIM PEDRO(SCP)
FLAVIO BRINCKMAMM(SCP)
GHISSIA HAUSER(METROPLAN)
GLENDA ÁVILA(SCP)
JEFERSON LUIS. BITTENCOURT(SCP)
JORGE ACCURSO(FEE)
VERA HELENA FONSECA(SCP)
CÍNTIA FERRAN DE SOUZA (ESTAGIÁRIA)

Projeto RS-2010
Realizando o futuro

Consultores:

FERNADO FRANCO AZAMBUJA
FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA (UFRJ)
HELEIETH I. B. SAFFIOTI
MARCELO SAVINO PORTUGAL
MARIO CORDEIRO DE CARVALHO Jr.
VERA MARTINS COSTA VELHO

INSTITUIÇÕES CONVENIADAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL- UFRGS
FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS FDRH
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RIO GRANDE DO SUL-FAPERGS

RECURSOS FINANCEIROS:
TESOURO DO ESTADO
FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO RIO GRANDE DO SUL-FAPERGS

PROJETO GRÁFICO
DÍGRAFO DESIGN GRÁFICO
Malu Rocha
Vera Pellin D'Avila

EDITORAÇÃO
PRIMEIRA IMAGEM
Miguel Ovídio Cunha Thomassim

FOTOLITOS
COMPUARTE

IMPRESSÃO
EDELBRA GRÁFICA E EDITORA LTDA